



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**
Centro de Ciências Agrárias - CCA



**Prefeitura Municipal
de São Joaquim – SC**

**Análise Socioeconômica e Ambiental de São Joaquim - SC: um
estudo a partir da disciplina Vivência em Agricultura Familiar**



**Série
RETRATOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR**

08

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Agrárias
Cursos de Agronomia e de Zootecnia - Campus de Florianópolis
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas
Núcleo de Desenvolvimento Rural Sustentável

Prefeitura Municipal de São Joaquim

Análise Socioeconômica e Ambiental de São Joaquim - SC: um estudo a partir da disciplina Vivência em Agricultura Familiar

Coordenação

Ademir Antonio Cazella (NDRS/ZDR/PGA/UFSC)
Marina Carrieri de Souza (NDRS/ZDR/PGA/UFSC)
Karine Nunes (NDRS/Estudante de Agronomia)

Autores

Ademir Antonio Cazella (NDRS/ZDR/PGA/UFSC)
Edimar Rode (NDRS/Estudante de Agronomia)
Karine Nunes (NDRS/Estudante de Agronomia)
Fábio Luiz Búrigo (NDRS/ZDR/PGA/UFSC)
Marina Carrieri de Souza (NDRS/ZDR/PGA/UFSC)
Oscar José Rover (NDRS/ZDR/UFSC)

Levantamento de dados a campo

Estudantes de Agronomia e Zootecnia da Disciplina Vivência em Agricultura Familiar do CCA/UFSC - Semestre 2017/1

Série
Retratos da Agricultura
Familiar

08

CCA/UFSC
Florianópolis, 2019

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

U58a Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de
 Ciências Agrárias.
 Análise Socioeconômica e Ambiental de São Joaquim - SC
 [recurso eletrônico] : um estudo a partir da disciplina
 Vivência em Agricultura Familiar / Universidade Federal
 de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias ;
 Coordenação, Ademir Antonio Cazella, Marina Carrieri de
 Souza, Karine Nunes ; autores, Ademir Antonio
 Cazella...[et al.]. - Dados eletrônicos. - Florianópolis
 : CCA/UFSC, 2019.

 71 p. : il., gráf., tabs, mapas.- (Série Retratos da
 Agricultura Familiar ; 8)

 Inclui bibliografia.

 E-book (PDF)

 ISBN 978-65-80460-29-8

 1. Agricultura Familiar - São Joaquim (SC). 2.
 Levantamento socioeconômico - São Joaquim (SC). 3.
 Agronomia. 4. Zootecnia. I. Cazella, Ademir Antonio. II.
 Souza, Marina Carrieri de. III. Nunes, Karine. IV.
 Título. V. Série.

 CDU: 331.101.264.22(816.412.04)

ISBN E-BOOK: 978-65-80460-29-8

Apoio técnico: José Paulo Speck Pereira e equipe da Biblioteca Universitária da UFSC

Diagramação dos gráficos: Stéfani Tamara Perez e Karine Nunes

Revisão gramatical e diagramação: Aline Nunes

Foto da capa: Raul Souza Wilvert

Foto da contracapa: Edimar Luiz Rode

Como referenciar este documento:

CAZELLA, A. A.; CARRIERI, M.; NUNES, K. (Coord.). **Análise socioeconômica e ambiental de São Joaquim – SC:** um estudo a partir da disciplina Vivência em Agricultura Familiar. Florianópolis: UFSC, 2019. (Retratos da agricultura familiar, 8).

Agradecimentos

Agradecemos as famílias de agricultores do município de São Joaquim, que gentilmente acolheram os estudantes dos cursos de Agronomia e Zootecnia da Universidade Federal de Santa Catarina em suas residências entre 09 e 29 de março de 2017. Nesse período, tais famílias compartilharam seu cotidiano com os estudantes que cursaram a disciplina Vivência em Agricultura Familiar (VAF) e se dispuseram a responder o questionário socioeconômico e ambiental que deu origem a este documento.

Agradecemos a administração municipal pelo envolvimento na organização das atividades relacionadas à etapa de campo da disciplina VAF, bem como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município pelo apoio recebido.

Agradecemos também os estudantes que realizaram a disciplina VAF pela disposição a vivenciar o cotidiano dos agricultores familiares e a aplicação dos referidos questionários.

Sumário

1	Introdução	6
2	Contextualização do município	9
3	Resumo Executivo	13
4	Sistematização e Análise dos Dados dos Questionários	18
4.1	PERFIL SOCIAL DA FAMÍLIA	18
4.2	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA	24
4.3	RELAÇÕES DE TRABALHO E INSERÇÃO SOCIOPOLÍTICA	36
4.4	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, AUTOABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	41
4.5	GRAU DE CONHECIMENTO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS	49
4.6	RELAÇÕES SOCIOPROFISSIONAIS, AMBIENTAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS	52
5	Referências	64
	APÊNDICE 1	65
	APÊNDICE 2	68

1 Introdução

Esta publicação é resultado de um estudo realizado com agricultores familiares do município de São Joaquim, localizado na Região da Serra Catarinense, a partir da disciplina Vivência em Agricultura Familiar (VAF), dos cursos de Agronomia e Zootecnia, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC), campus de Florianópolis. Ao todo, 40 estudantes da UFSC realizaram um levantamento socioeconômico e ambiental junto aos agricultores familiares, que os receberam durante a etapa de campo da disciplina, ocorrida entre os dias 09 e 29 de março de 2017.

A VAF é realizada semestralmente em diferentes municípios de Santa Catarina e envolve famílias de agricultores selecionadas para receber um estudante de graduação durante 21 dias em suas residências e nas suas Unidades Produtivas (UP). Nesse período, o estudante se integra ao grupo familiar em um processo denominado vivência. A família oferece alojamento, alimentação e oportunidade de participação nas atividades produtivas e organizativas do estabelecimento agropecuário. O principal objetivo desta disciplina é que o estudante participe das dinâmicas da família rural, da UP e da comunidade rural, vivenciando aspectos socioculturais, organizativos, econômicos, técnico-produtivos, dentre outros, consolidando um processo de aprendizagem.

Durante os 21 dias de vivência, cada estudante aplicou um questionário socioeconômico e ambiental junto à família que o acolheu. Embora o número de entrevistados e estabelecimentos visitados reúna uma parcela significativa dos agricultores familiares do município, não é possível fazer generalizações dos resultados para o conjunto do município, em função dos critérios preestabelecidos na seleção das famílias. Esses critérios levam em conta as especificidades da UP frente aos propósitos da vivência e o interesse da família no acolhimento de um estudante universitário, além do conjunto das condições materiais, localização do estabelecimento e estrutura social familiar. Dessa forma, os resultados aqui apresentados não representam a diversidade socioeconômica e ambiental da agricultura familiar do município. Apesar disso, as informações e a discussão desses resultados podem ser úteis para lideranças, organizações sociais, agentes do poder público municipal e outros atores sociais interessados. Os dados e as análises que constituem esta publicação têm o intuito de colaborar na formulação de novas estratégias de apoio à agricultura familiar e de outras iniciativas que venham a fortalecer o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de São Joaquim e região.

Os questionários foram preenchidos, principalmente, a partir de informações fornecidas pelo responsável do estabelecimento. Entretanto, invariavelmente, os demais membros do grupo familiar

também participaram do processo. Os estudantes não realizaram uma entrevista pontual, executada em algumas poucas horas, mas agregaram informações aportadas pelo conjunto dos integrantes da família ao longo das três semanas de sua vivência. Todas as anotações no questionário-base foram obtidas com a autorização prévia das famílias, de acordo com critérios éticos estabelecidos pela UFSC em pesquisas semelhantes, em especial no que concerne ao anonimato dos entrevistados e das informações coletadas. Em função do seu teor declaratório, as informações mais complexas prestadas durante a entrevista, a exemplo dos dados financeiros, devem ser tomadas com cautela. Merece também atenção o fato de que, apesar de terem sido revisados posteriormente por professores envolvidos com a disciplina, os dados primários foram coletados por estudantes de graduação, os quais, em sua maioria, não possuem ainda experiência na realização de pesquisas científicas, pois estão em fase intermediária da formação acadêmica.

A tabulação dos dados extraídos dos 40 questionários preenchidos em São Joaquim, foi realizada com auxílio do software *Sphinx*. A sistematização, o processamento dos dados e a elaboração deste estudo foram desenvolvidos por membros das equipes do Núcleo de Desenvolvimento Rural Sustentável, o qual integra o Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate), o Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (Lacaf) e o Laboratório da Agricultura Familiar (LAF), vinculados ao CCA/UFSC e ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA/UFSC). A redação final da análise contou com contribuições de professores que participam da disciplina VAF e de estudantes da graduação em Agronomia e do PGA/UFSC.

Esta publicação está organizada em cinco tópicos a contar com esta Introdução. O segundo tópico contextualiza brevemente o município, especialmente com informações socioeconômicas relacionadas ao seu meio rural. O terceiro apresenta uma síntese de temas associados ao desenvolvimento rural sustentável, que se sobressaíram da discussão exaustiva das questões do questionário. Isso não significa que outros aspectos, omitidos nessa síntese, não sejam relevantes e a serem considerados por atores sociais diversos interessados em promover esse estilo de desenvolvimento. Dessa forma, convidamos esses atores a ler o quarto tópico, que reúne a sistematização gráfica e a análise da totalidade dos dados dos questionários. Nos apêndices, estão inseridos a nominata dos estudantes, um registro fotográfico do grupo que participou da experiência e o depoimento do professor aposentado José Antônio Ribas Ribeiro, que ocupou o cargo de diretor do CCA/UFSC no período de 1979 a 1984, referente à sua visão sobre a disciplina Vivência em Agricultura Familiar desde sua origem. O professor Ribeiro se aposentou na UFSC em 2004, onde atuou como docente da área de Zootecnia desde março de 1978, sendo um dos idealizadores da VAF.

Antes de se apresentar os dados levantados a campo é importante lançar um convite ao leitor e, em especial, aos membros de organizações presentes no município de São Joaquim, no sentido de

analisar este estudo, tendo como pano de fundo a temática do desenvolvimento rural sustentável. Esse apelo é dirigido, particularmente, às unidades de ensino públicas e privadas, as quais podem utilizar este estudo como material didático-pedagógico.

A equipe que elaborou este documento se coloca à disposição para esclarecer questões, participar de eventuais encontros que tenham o propósito de aprofundar a análise aqui apresentada e, sobretudo, a colaborar na construção de projetos que fortaleçam ações em curso ou que lancem novos desafios para o desenvolvimento rural sustentável do município e de municípios do seu entorno.

2 Contextualização do município

Situado na microrregião geográfica Campos de Lages, o município catarinense de São Joaquim foi fundado em 07 de maio de 1887. Conta com uma área total de 1.892,256 km² e uma população estimada de 26.646 pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018). A sua Densidade Demográfica (DD) é de apenas 14,1 hab./km², o que o coloca num patamar muito abaixo da média estadual, que é de 73,1 hab./Km². A Figura 1 apresenta a localização geográfica do município.

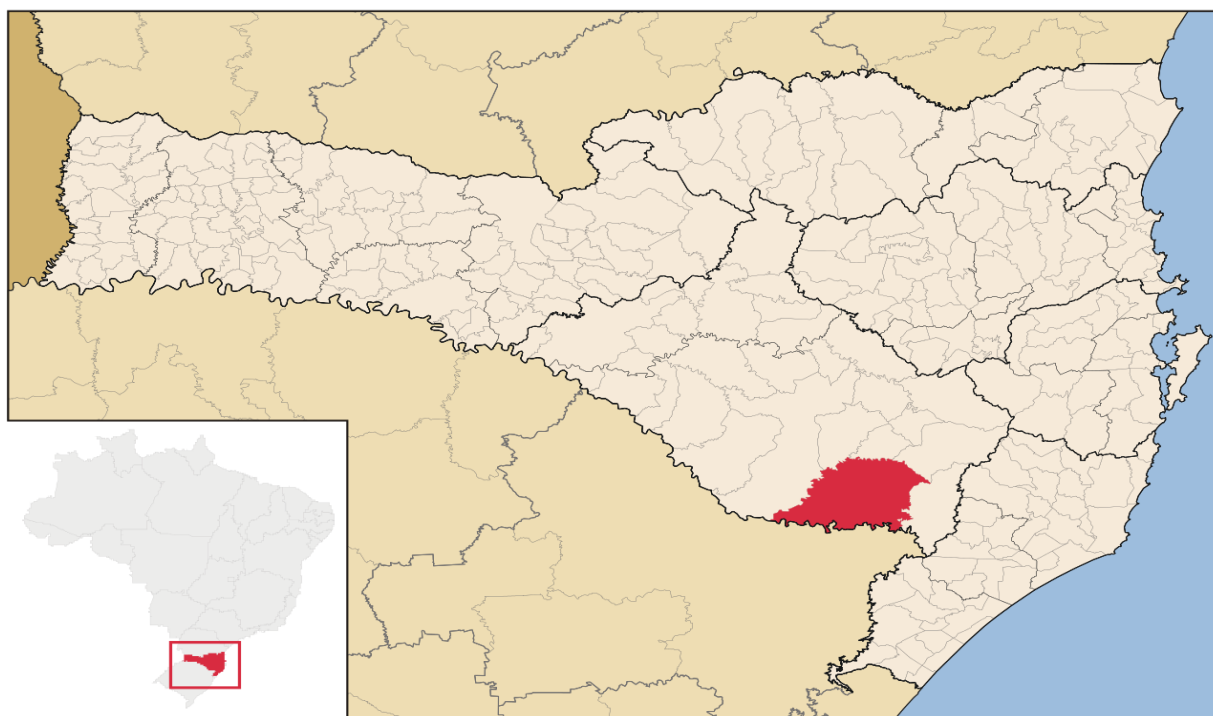


Figura 1: Localização geográfica de São Joaquim – SC.

Fonte: Wikipédia (2018).

Entre 2005 e 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) de São Joaquim saltou de R\$193,1 milhões para R\$ 666,7 milhões. Essa taxa de crescimento (245,2%) é superior a alcançada pelo Brasil (176,2%) e por Santa Catarina (205,4%), no mesmo período. Em 2018, o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) de São Joaquim atingiu a marca de 0,574, o que coloca o município num patamar considerado médio baixo (IDMS entre 0,500 e 0,624), a exemplo da maioria dos municípios catarinenses. Nas quatro dimensões que formam o IDMS, a situação de São Joaquim é a seguinte:

sociocultural, 0,669; econômica, 0,459; ambiental, 0,600; político institucional, 0,567. O IDMS médio dos municípios catarinenses em 2018 é 0,593 (SIDEMS, 2018)¹.

Em 2010, quando a população de São Joaquim contabilizava 24.812 pessoas, os residentes no meio rural somavam 7.239 e os urbanos 17.573 pessoas (IBGE, 2018a). Ou seja, 29,2% de sua população vivia em áreas consideradas rurais, muito acima dos 16% registrados em Santa Catarina. A economia de São Joaquim está estreitamente relacionada às atividades agropecuárias, tratando-se de um município tipicamente rural. O destaque é a produção de maçã, na qual o município é o primeiro produtor estadual. Segundo dados do IBGE e da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), a geração do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária de São Joaquim está fortemente concentrada na produção de maçã, bem à frente da pecuária de corte, segundo produto de maior relevância econômica (Tabela 1).

Tabela 1. Produção e VBP dos principais produtos da agropecuária de São Joaquim (2016).

Produto	Santa Catarina		São Joaquim	
	Produção	VBP (Mil Reais)	Produção	VBP (Mil Reais)
Maçã (t)	525.953	847.604	266.400	426.240
Bovinos (t de carcaça)	136.185	1.433.792	1.444	15.202
Batata-inglesa (t)	161.936	269.502	3.360	5.544
Milho-grão (t)	2.530.363	1.638.510	5.520	5.520
Pera (t)	5.216	12.906	1.920	4.800
Madeira em tora (m3)	13.532.941	985.316	111.000	4.762
Uva (t)	33.245	68.486	700	2.975
Lenha (m3)	7.714.690	315.962	61.000	2.546
Leite (mil litros)	3.113.769	3.672.024	2.300	2.070
Pinhão (t)	2.663	9.200	335	1.340
Mel de abelha (kg)	4.868.268	62.238	132.000	1.320

Fonte: IBGE, 2018b.

¹ A Rede Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDEMS) foi constituída em 2014, sendo composta por 47 instituições: 26 Instituições Governamentais (órgãos dos poderes federal, estadual e municipal); 14 Instituições Não Governamentais (conselhos, entidades setoriais e organizações do terceiro setor); e 7 Instituições de Ensino e Pesquisa. A Federação Catarinense de Municípios exerce o papel de principal organização articuladora do SIDEMS e responsável por gerar o IDMS.

Em 2017, o município contava com 2.360 estabelecimentos agropecuários, 68,26% dos quais com área inferior a 50 ha, percentual distante dos 88,77% verificados no estado. Os 1.611 estabelecimentos agropecuários com área inferior a 50 ha abrangiam apenas 15,51% dos 161.508 hectares de área total dos estabelecimentos agropecuários do município. Esse percentual também está muito abaixo dos 36,42% observados em Santa Catarina (Tabela 2).

Tabela 2. Número de estabelecimentos rurais por grupos de área total (2017)*.

Grupos de área total (ha)	Santa Catarina		São Joaquim	
	Unidades	Hectares	Unidades	Hectares
Menos de 5	34.710	88.794	394	1.037
De 5 a menos de 10	32.996	236.224	317	2113
De 10 a menos de 20	50.828	713.474	328	4456
De 20 a menos de 50	43.969	1.316.611	572	17.453
Total até menos de 50	162.503	2.355.103	1.611	25.059
De 50 a menos de 100	11.510	767.663	311	20.906
De 100 a menos de 200	4.430	596.235	213	28.475
De 200 a menos de 500	2.596	779.468	156	45.835
De 500 a menos de 1000	879	596.926	39	25.518
De 1000 e mais	568	1.350.759	13	15.715
Produtor sem área	559	0	17	0
Total	183.045	6.446.154	2.360	161.508

*Os dados fornecidos pelo Censo Agropecuário 2017 são preliminares, estando, portanto, sujeitos a alterações posteriores.

Fonte: IBGE, 2019.

Para se retratar melhor a condição do produtor rural é necessário recorrer ao Censo Agropecuário de 2006, pois os dados do novo censo realizado em 2017 estão apenas parcialmente publicados. Uma comparação preliminar, efetuada a partir dos dados já disponíveis do novo censo, revela a diminuição de 78 estabelecimentos agropecuários no período intercensitário. Em 2006, os proprietários correspondiam a 84,3% do número e a 94,6% da área dos estabelecimentos agropecuários, percentuais próximos aos observados para o estado, onde os proprietários respondiam por 88,3% do número e 95,1% da área dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 3). Por fim, cabe destacar que os 40 estabelecimentos agropecuários que participaram da pesquisa representam 1,7% do total de estabelecimentos agropecuários de São Joaquim existentes em 2017.

Tabela 3. Número de estabelecimentos rurais segundo a condição do produtor – 2006.

Condição do produtor	Santa Catarina		São Joaquim	
	Unidades	Hectares	Unidades	Hectares
Proprietário	170.913	5.767.382	2.056	151.576
Assentado	2.651	36.253	2	X*
Arrendatário	7.085	134.260	122	6.290
Parceiro	2.151	35.210	58	634
Ocupante	6.746	89.401	104	1.649
Produtor sem área	4.122	0	96	-
Total	193.668	6.062.506	2.438	160.153

* O caractere X corresponde às Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes.

Fonte: IBGE, 2018b.

3 Resumo Executivo

Este tópico tem o propósito de destacar pontos considerados relevantes sobre o desenvolvimento rural sustentável do município de São Joaquim, evidenciados a partir da análise dos dados levantados junto às quarenta famílias de agricultores que participaram da VAF. Por vezes, a análise extrapola os limites da esfera municipal, dentre outras razões, por se tratar de um município polo dos demais que se situam no seu entorno. Não por acaso, São Joaquim foi sede de uma Secretaria de Desenvolvimento Regional implementada em 2003 pelo governo de Santa Catarina e extinta em 2019 com a reforma administrativa do atual governo.

Esta síntese aborda inicialmente o tema da sucessão das unidades agrícolas familiares de São Joaquim, por ele representar, talvez, o principal desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas de desenvolvimento rural nas próximas décadas. No município, 27,5% dos responsáveis de estabelecimentos entrevistados, em sua maioria homens, têm idade superior a 55 anos. Essa situação possivelmente não representa a realidade da maioria dos estabelecimentos, em função das características das famílias de agricultores selecionadas para participarem da VAF: jovens e dinâmicas do ponto de vista socioeconômico. Os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017 apontam que Santa Catarina e o Brasil possuem, respectivamente, 47,7% e 46,4% das suas unidades agropecuárias geridas por agricultores com mais de 55 anos. Ou seja, quase a metade das unidades produtivas do país e do estado é gerida por agricultores idosos.

A tendência de pessoas com idade mais avançada serem responsáveis pela gestão dos estabelecimentos, aliada à indefinição no processo sucessório, pode acarretar desestímulos para efetuar investimentos produtivos nas unidades agropecuárias, fato que compromete a reprodução social de parcela expressiva de famílias de agricultores. No município, 12,5% e 42,5% dos entrevistados afirmaram, respectivamente, não ter e não ter definido quem será o sucessor da unidade produtiva. Diversos estudos sobre este tema revelam que essa decisão é protelada no seio da família, o que induz muitos jovens a buscarem outras atividades profissionais.

Em contrapartida, os entrevistados revelam ter elevada satisfação com a vida atual no meio rural. Também é a percepção de ampla maioria de que as condições de vida melhoraram nas últimas décadas. Tais informações representam trunfos no sentido de despertar nos jovens o desejo de continuar a trajetória dos pais. Um número considerável de jovens que deixa o espaço rural nutre o desejo de um dia retornar para o campo, mas com a intenção de executar novos projetos. Muitos

desses projetos são abortados, seja por falta de apoio de políticas públicas e de orientações técnicas, seja por desestímulos e entraves encontrados no interior da própria família. Em São Joaquim, 25% das famílias entrevistadas tiveram o retorno de filhos que, em um dado momento, saíram do estabelecimento familiar, o que demonstra que a saída da unidade produtiva familiar nem sempre é definitiva.

Essa expectativa de retorno pode se concretizar com a instalação de pequenas agroindústrias, desenvolvimento de atividades ligadas ao agroturismo, implantação de sistemas produtivos agroecológicos ou orgânicos, comercializados em circuitos curtos, ou mesmo com a possibilidade de algum membro residir em zona urbana, mas exercer atividades junto ao núcleo familiar existente no meio rural. Esses e outros temas podem ser mobilizados para se conceber um programa público de caráter municipal ou mesmo regional para apoiar as famílias interessadas em modificar seus sistemas produtivos, adotando novas estratégias de produção e de inserção nos mercados. No que se refere especificamente à região Serrana de Santa Catarina, esse processo pode ser facilitado por já estar em construção um círculo virtuoso de desenvolvimento, cujo elemento motivador principal tem relação com as especificidades regionais, marcadas por um meio ambiente típico de zonas de altitude. Nesse microclima de invernos rigorosos, por vezes com curtos períodos de neve, e verões com temperaturas amenas, a paisagem é constituída por zonas de campos nativos intercaladas com matas de araucária. Nela persiste a cultura do tropeirismo herdada do século XVII, elemento que se faz presente na recente iniciativa de criação da Indicação Geográfica (IG) do queijo serrano feito com leite cru, ordenhado de vacas mistas, criadas nos campos nativos da região. A introdução de novos produtos, com destaque para a maçã e os vinhos finos de altitude, e a promoção ainda incipiente de serviços ligados ao turismo rural e à gastronomia representam um potencial para a oferta conjunta e coordenada por distintos atores locais daquilo que se convencionou denominar de “cesta de bens e serviços territoriais”². Diversos novos projetos podem ser empreendidos nas unidades agrícolas familiares, associados de distintas formas a essas iniciativas em curso.

Outro aspecto relevante é a restrição da oferta de mão-de-obra no meio rural. A opção de contratação de mão-de-obra está muito presente nas unidades agrícolas que participaram da VAF, mas é crescente a dificuldade de dispor de trabalhadores permanentes ou sazonais no meio rural. A

² No caso de produtos agropecuários, uma IG regulamenta sua proveniência de uma área geográfica delimitada, com características de variedades vegetais ou raças de animais, edafológicas e climáticas particulares, além de possuírem reputação de qualidade assegurada, tanto por normas de produção, quanto por práticas tradicionais. Registre-se que na região Serrana Catarinense, o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina está conduzindo o projeto “Serra de Sabores” que, dentre outras ações, tem por meta constituir três novas IG: vinhos finos de altitude, maçã e mel de melato, produzido a partir do parasitismo do inseto cochonilha em árvore de bracatinga.

alternativa mais recorrente entre os fruticultores consiste em contratar jovens nordestinos que migram para a região durante o período da colheita da maçã. Essa situação representa uma grande fragilidade para a economia local, pois pode se alterar de forma repentina caso alguma alternativa de trabalho se torne mais promissora para esses jovens. Além disso, as condições de trabalho dessa população migrante é frequentemente motivo de questionamentos trabalhistas, o que gera um clima de insegurança da parte dos pequenos agricultores que contratam esses assalariados sazonais. Esse quadro reforça a importância de políticas públicas concebidas regionalmente para lidar com tais desafios. Nesse sentido, o incentivo para a criação de organizações especializadas em prestar serviços agropecuários, a exemplo de cooperativas de trabalho, com a devida capacitação dos seus integrantes e gestores, representa uma forma de enfrentar o problema da carência de mão de obra. Outra medida passível de ser adotada consiste em ampliar o parque de máquinas, a exemplo de patrulhas mecanizadas adquiridas de forma combinada com recursos próprios e públicos, administradas coletivamente pelos próprios agricultores. A troca de dias de trabalho entre as famílias já figura como um recurso recorrente para grande parte dos entrevistados como forma de contornar, parcialmente, o problema.

Um outro tema associado à mão-de-obra disponível nas unidades produtivas tem a ver com a pluriatividade de membros da família. Entre as famílias entrevistadas, o exercício de outra atividade remunerada além da agricultura envolve 10% dos chefes de estabelecimentos, 15% dos chefes e mais algum outro membro familiar e 20% de outros membros familiares. Isso significa que os proventos monetários de uma parcela significativa das famílias entrevistadas (45%) não têm origem apenas nas atividades agrícolas. Essa situação não indica, contudo, que a agricultura esteja perdendo importância no seio dessas famílias. Ao contrário, pode ser um aspecto positivo para o desenvolvimento rural, que permite, dentre outros benefícios, diversificar as fontes de renda das famílias rurais. Além disso, nenhum dos entrevistados mencionou querer diminuir sua área produtiva, enquanto 62,5% dos agricultores têm a intenção de aumentar a área.

Esse último propósito explica, por sua vez, a estratégia de arrendar terras de terceiros, que ocorre em 44% dos casos ou, então, de atuar em parceria na terra de outros (17,5%). O arrendamento de terras, a exemplo dos temas acima já mencionados, é outro assunto que merece ser aprofundado com novos estudos. Tudo indica que a procura por mais terras, geralmente efetuada por agricultores familiares consolidados, está associada a situações vividas por outras famílias que estão cessando ou já encerraram suas atividades por não disporem de sucessores. Esses últimos desejam, no entanto, preservar o patrimônio familiar, alugando suas terras para agricultores que continuam ativos e almejam ampliar seus negócios agropecuários. Esse mecanismo de governança fundiária ainda é pouco incentivado no Brasil, mas representa uma das principais formas de acesso a terra em diversos países

européus. A montagem de um sistema de cadastro de terras acessível pelas principais organizações de desenvolvimento rural, em especial as que atuam na esfera municipal, é um pré-requisito para a instalação no país de um eficaz serviço de governança da estrutura fundiária.

Conforme visto na Introdução deste estudo, a economia agrícola do município apresenta uma forte relação com a fruticultura e com a produção animal. As vendas para empresas privadas e cooperativas figuram como as principais estratégias de comercialização. Porém, a produção para autoconsumo, continua sendo uma prática relevante para a maioria das famílias de agricultores. As estratégias de comercialização por meio de circuitos curtos se fazem importantes, apesar de se tratar de um município, cuja população urbana, além de ser pouco expressiva, mantém o costume de produzir alimentos em pequenas hortas ou sítios. Essa situação pode ser compensada pela proximidade geográfica com municípios mais populosos, como Lages (80 km) no planalto e Criciúma (120 km) no sul do estado, respectivamente, com cerca de 160 e 213 mil habitantes. Os circuitos curtos de comercialização favorecem os consumidores por lhes possibilitar, através da proximidade com o produtor, o conhecimento da origem e qualidade dos alimentos que comprem, além de incentivar os agricultores a diversificar e agregar valor aos seus produtos.

O acesso a políticas públicas de apoio à agricultura familiar tem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como carro chefe, sendo a política pública mais conhecida e acessada entre os agricultores. Já os serviços de assistência técnica com maior reputação em ordem decrescente são os prestados pela Epagri, cooperativas, profissionais liberais, prefeitura, agropecuárias e agroindústrias. Nota-se aqui a relevância dos serviços públicos, seja estatal, seja como resultado do cooperativismo, os quais promovem ações que não se limitam à prescrição técnica exclusiva de uma dada cadeia produtiva. Ainda sobre o tema das políticas públicas, merece registro a incidência de benefícios da previdência rural em 37,5% das unidades agrícolas pesquisadas, o que assegura para essas famílias uma renda complementar àquelas originárias de atividades agropecuárias.

O meio ambiente, se faz presente entre os temas priorizados pelos agricultores entrevistados, os quais não concebem a agricultura como um mero setor da economia. Para esses agricultores, suas famílias cumprem papéis relevantes associados ao desenvolvimento sustentável, consolidando a compreensão sociológica de que a agricultura familiar representa um espaço de vida e de manutenção de valores culturais, da biodiversidade e de paisagens rurais. Quando incentivados a cumprirem normas legais relacionadas ao tema, a resposta é extremamente positiva, como revelam os 87,5% dos estabelecimentos pesquisados que já dispõem de registro ou de projetos encaminhados para averbação da Reserva Legal (RL) ou Área de Preservação Permanente (APP), e outros 5% que se encontram em processo de elaboração desses projetos.

Para finalizar essa síntese cabe reafirmar a importância de uma análise detalhada do conjunto de questões abordadas junto aos agricultores. Isso coloca em evidência, por exemplo, um paradoxo geracional observado entre os atuais gestores das unidades agrícolas familiares, cuja ampla maioria deseja permanecer no meio rural, e seus possíveis sucessores, que parecem estar cada vez mais propensos a empreender em outros ramos de atividades. Trata-se de um desafio ainda timidamente enfrentado pelas organizações profissionais de desenvolvimento rural brasileiras, mas que não representa uma novidade em nações com histórias agrárias mais antigas, que se depararam com esse quadro já há várias décadas. A inclusão na agenda de políticas públicas do tema da “instalação de jovens agricultores”, inclusive de candidatos de origem urbana, ainda provoca estranheza, mas tudo indica que nas próximas décadas será um debate incontornável, se o propósito for atuar em prol do desenvolvimento rural sustentável e não somente na intensificação de determinadas cadeias produtivas.

4 Sistematização e Análise dos Dados dos Questionários

É importante tecer alguns comentários iniciais sobre o tratamento de dados a partir das informações coletadas na pesquisa de campo. Para facilitar a sistematização, interpretação e o entendimento desta publicação, as informações foram agrupadas em seis temas: a) Perfil social da família do entrevistado; b) Características do estabelecimento agrícola; c) Relações de trabalho entre agricultores e inserção sociopolítica; d) Produção agropecuária e as relações de venda e de consumo; e) Conhecimento e acesso às políticas públicas; f) Relações profissionais, ambientais e perspectivas futuras.

O número de respondentes para cada questão nem sempre equivale ao total de 40 agricultores que participaram da pesquisa em São Joaquim. A principal razão para essa diferença reside no fato de que alguns agricultores preferiram não responder a determinadas questões. O questionário contempla questões do tipo fechada, em que as alternativas de resposta são previamente apresentadas ao respondente, e as do tipo aberta, em que o teor da resposta é livre. Geralmente, as questões abertas servem para detalhar algum tema abordado anteriormente por uma pergunta fechada. A maioria das perguntas fechadas permite que o entrevistado selecione apenas uma resposta (simples escolha). Porém, para algumas questões é possível assinalar várias alternativas (múltipla escolha), as quais se encontram previamente indicadas. Devido à existência das duas possibilidades de respostas para as perguntas fechadas (simples ou múltipla escolha), as informações contidas nos gráficos apresentados ao longo deste trabalho também são expostas de maneiras distintas. As perguntas com apenas uma opção de resposta têm um total de respostas idêntico ao número de respondentes da questão. Para as questões de múltipla escolha, o cálculo do percentual de cada resposta toma por base o número total de agricultores que respondeu a questão e não o total de respostas aportadas. Desse modo, tanto os dados numéricos e percentuais dos gráficos, como suas representações visuais retratam essa opção. Para algumas questões de múltipla escolha, os entrevistados foram convidados a escolher três alternativas e elencá-las por ordem de relevância. Nesses casos, a representação gráfica foi feita a partir de pesos equivalentes a cada ordem de importância. Acredita-se que essa forma de retratar a pesquisa oferece maior precisão e flexibilidade na análise, enriquecendo o conteúdo das informações compiladas nos questionários.

4.1 PERFIL SOCIAL DA FAMÍLIA

Neste tópico discutem-se as características dos entrevistados e de suas famílias. Inicialmente,

são apresentadas algumas informações referentes ao seu perfil socioeconômico. Em 85% dos 40 estabelecimentos agropecuários entrevistados, o homem é apontado como responsável pelo empreendimento familiar, enquanto que essa condição é assumida pela mulher em apenas 15% dos casos (Gráfico 1).

Gráfico 1: Responsável pelo estabelecimento rural familiar.



Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes da disciplina de Vivência em Agricultura Familiar do 1º semestre de 2017, dos cursos de Agronomia e Zootecnia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina³.

Sabe-se que as atividades realizadas por mulheres no contexto da unidade familiar, muitas vezes não são devidamente reconhecidas, pois estão frequentemente relacionadas ao trabalho doméstico e aos diversos cuidados referentes à educação, saúde e alimentação dos membros do grupo familiar. Além dessas atividades consideradas “invisibilizadas”, é comum as mulheres assumirem afazeres vinculados à “indústria caseira”, como o processamento de lácteos, pães e correlatos, frutas e verduras, confecção de artesanato, entre outros. Assim, apesar de na maioria dos casos o homem ser denominado como o “responsável pelo estabelecimento”, tal condição deve ser relativizada, pois na prática o sistema de gestão das unidades agrícolas familiares se revela complexo, visto que todos os seus integrantes exercem algum tipo de função no interior desse sistema.

Ressalta-se que, geralmente, todos os membros do grupo familiar contribuem para a manutenção e a reprodução da família, mas o homem permanece como a figura central no controle, total ou parcial, do uso dos recursos monetários gerados no estabelecimento. Isto ocorre mesmo que estes recursos tenham sido obtidos com a participação direta dos outros membros do grupo familiar. Portanto, compreende-se que existem relações desiguais de poder no interior das famílias e que estas devem ser consideradas na elaboração de ações voltadas à agricultura familiar, sobretudo, daquelas orientadas à criação de alternativas para permanência de jovens e de mulheres no meio rural⁴.

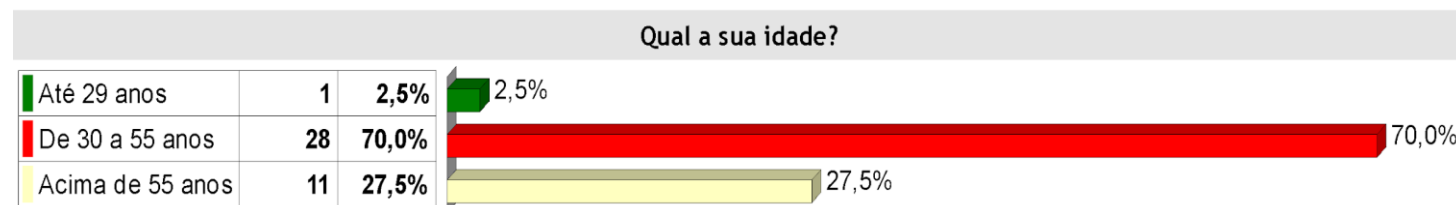
De acordo com o Gráfico 2, verifica-se que há uma baixa presença de jovens na condução dos estabelecimentos. Este fator se apresenta como um problema recorrente, sendo apontado por diversos atores sociais vinculados à agricultura familiar como um ponto que necessita da atenção dos

³Nos gráficos subsequentes, essa indicação será substituída pela expressão: “Dados coletados pelos estudantes (2017)”.

⁴Conforme o Censo Agropecuário de 2006, em todo o estado de Santa Catarina são apenas 13 mil mulheres à frente de estabelecimentos de agricultura familiar de um total de 168 mil estabelecimentos.

formuladores de políticas públicas. Neste sentido, a insuficiência de alternativas que viabilizem aos jovens melhores condições de permanência no meio rural pode indicar a presença de problemas futuros, no que diz respeito ao desenvolvimento agrícola e rural, bem como, à manutenção das UPs e das organizações socioculturais.

Gráfico 2: Faixa etária dos entrevistados.

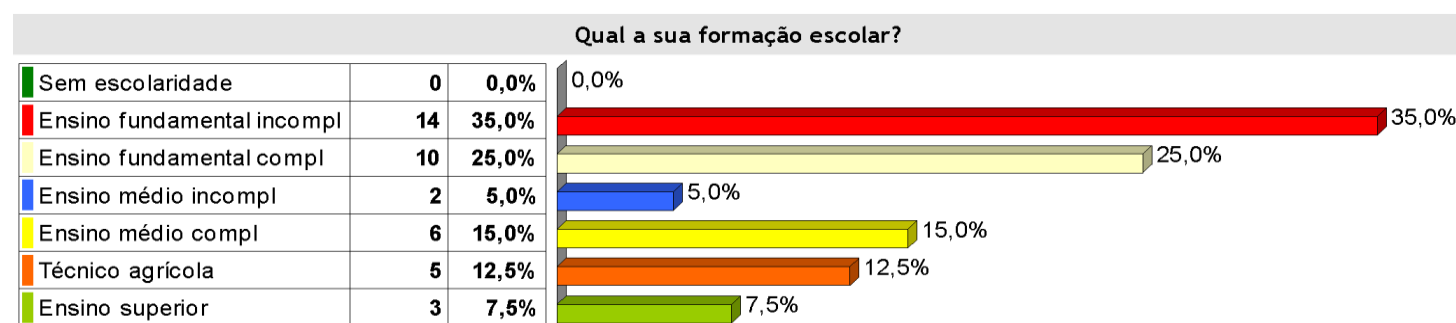


Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Quanto à escolaridade (Gráfico 3), foi verificado que em torno de 35% dos chefes dos estabelecimentos possuem o ensino fundamental incompleto, 25% completaram o ensino fundamental, 40% tiveram acesso ao ensino médio, sendo que apenas 7,5% dos entrevistados possuem ensino superior e 12,5% formação técnica. Nesse aspecto, apesar de se constatar a ausência de entrevistados sem escolaridade, 60% dos agricultores fizeram somente o ensino fundamental, a maioria sequer de forma completa. Este quadro preocupante atinge, de maneira geral, os agricultores familiares do país, pois segundo o Censo Agropecuário de 2006, apenas 5% dos agricultores familiares possuíam ensino superior completo e praticamente metade das mulheres rurais era analfabeta.

Gráfico 3: Grau de escolaridade dos entrevistados.



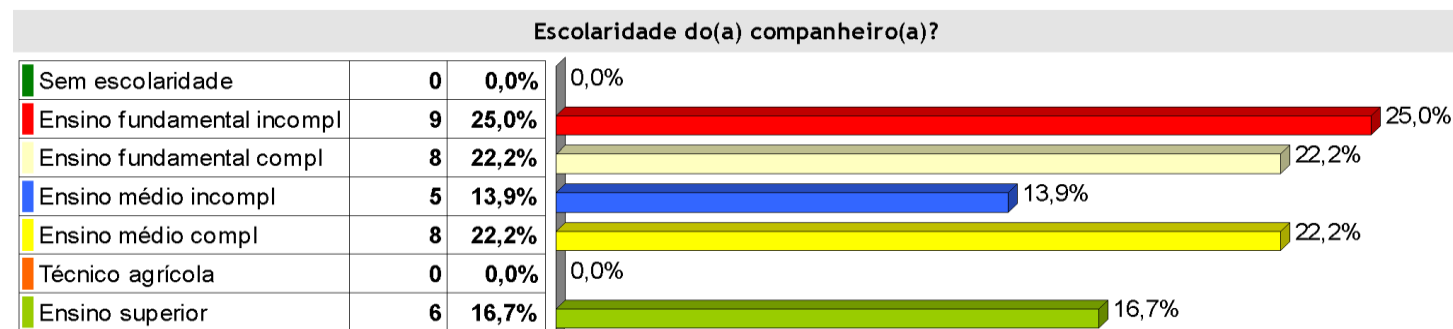
Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

O Gráfico 4 indica que 25% dos respondentes que declararam ter companheiro(a) afirmaram que seus cônjuges possuíam ensino fundamental incompleto, outros 22,2% responderam que seus cônjuges interromperam os estudos após a conclusão do ensino fundamental. Em torno de 53% dos/as companheiros(as) dos cônjuges ingressaram no ensino médio e um percentual significativo (38,9%)

terminou esta faixa de estudos, sendo que destes, 16,7% concluíram o ensino superior. A exemplo dos responsáveis de estabelecimento, todos os companheiros(as) têm um algum nível de escolaridade. Comparando a escolaridade dos chefes de estabelecimento com a de seus cônjuges pode-se afirmar que os cônjuges possuem escolaridade um pouco mais alta. Não houve nenhum relato de cônjuge com formação de técnico agrícola. Entre os responsáveis de estabelecimento, na maioria dos casos identificados como do sexo masculino, este tipo de formação foi de 12,5%.

Gráfico 4: Grau de escolaridade do(a) companheiro(a) dos entrevistados.



Total de respostas: **36**.

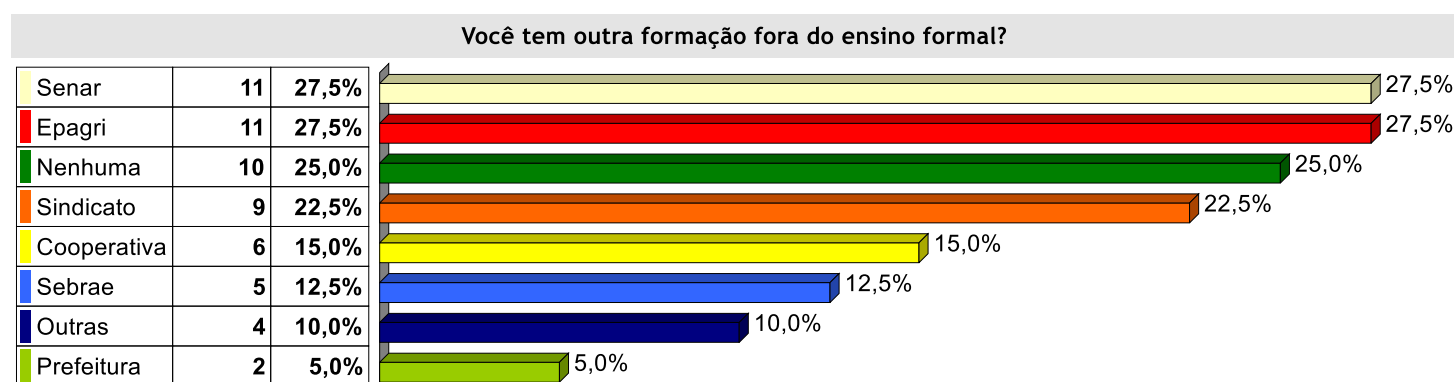
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

A manutenção do padrão histórico de desigualdade de oportunidades educacionais para os habitantes do meio rural é um desafio adicional para os agricultores familiares, visto que o acesso à educação é um fator limitante para o desenvolvimento rural e a melhoria da qualidade de vida da população rural. Esse tema representa outro desafio para profissionais vinculados ao desenvolvimento rural. Aqui há espaço, por exemplo, para ações de aperfeiçoamento do nível educacional de jovens e de adultos do meio rural, promovidas com apoio de universidades e outras organizações públicas de ensino, empregando metodologias adaptadas para jovens agricultores e demais moradores de comunidades rurais. Esses são os casos dos cursos formais de ensino médio e superior, que se baseiam na pedagogia da alternância (tempo-escola e tempo-comunidade) e na modalidade de educação à distância.

No âmbito da formação complementar foi verificado que a maior parte dos entrevistados busca realizar diversos cursos voltados à atividade profissional (Gráfico 5). Apenas um quarto dos entrevistados afirmou não ter realizado nenhuma formação complementar ao ensino formal. Observa-se que o interesse no aprendizado, na renovação e no aprimoramento do conhecimento por parte da maioria dos entrevistados é um indicador positivo que sugere um grau significativo de envolvimento dos agricultores de ambos os sexos em ações educativas e de formação profissional relacionada às diversas atividades realizadas no estabelecimento familiar. Trata-se de um indicador que sugere o interesse na continuidade da formação técnica. Por limites deste estudo, não se pôde avaliar o alcance

dessas iniciativas, mas certamente elas devem ser vistas como positivas. Porém, esses apenas confirmam a possibilidade e a necessidade de se pensar em processos formais mais abrangentes, capazes de atacar os déficits educacionais assinalados anteriormente. Entre as organizações rurais com ações de formação complementar destacam-se a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), além das entidades sindicais e cooperativas. Também foram citados cursos ministrados por profissionais do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e de instituições religiosas, representados no gráfico na categoria “outras”.

Gráfico 5: Formação complementar ao ensino formal (múltipla escolha).



Total de respostas: **58**.

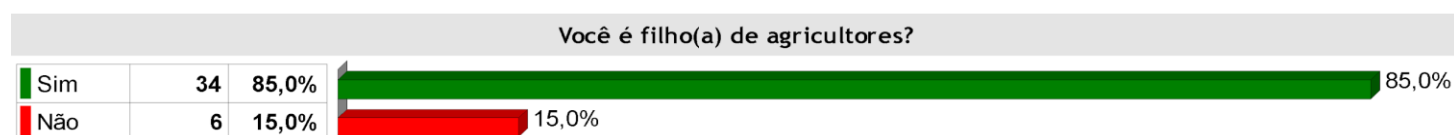
*Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas também estão relacionados ao total de respondentes da questão: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Em relação à origem familiar, a maioria respondeu ter origem rural e ligada tradicionalmente à agricultura (Gráfico 6). Isso revela a forte tradição das famílias rurais de repassarem aos descendentes não apenas o patrimônio, mas também sua visão de mundo e os conhecimentos relacionados ao “saber-fazer” e, conseqüentemente, influenciar a escolha da profissão de seus filhos.

Quanto ao estado civil, 90% dos entrevistados são casados ou vivem em regime de união estável. Os demais são solteiros, viúvos e separados/divorciados (Gráfico 7).

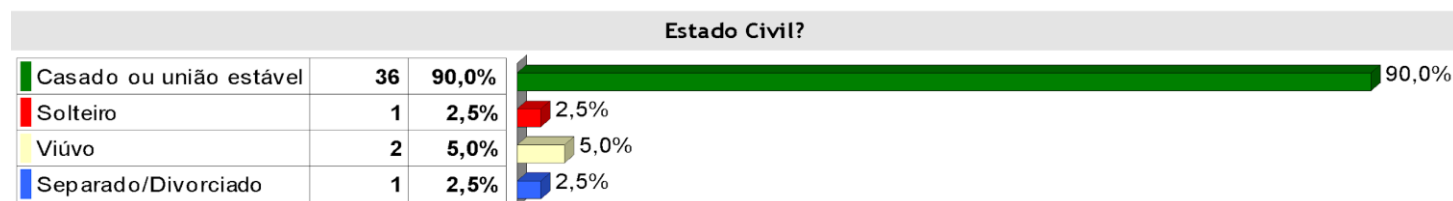
Gráfico 6: Origem dos entrevistados.



Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Gráfico 7: Estado civil dos entrevistados.

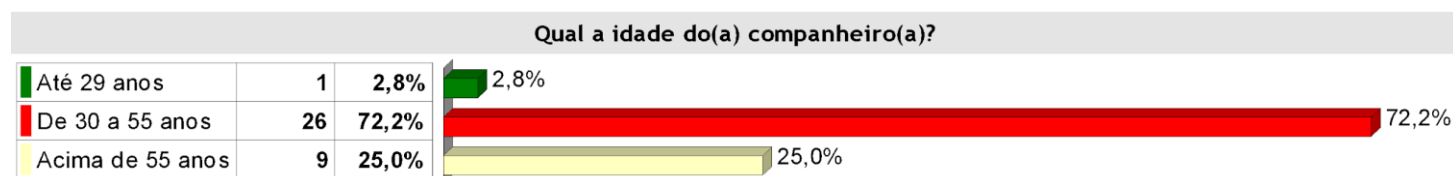


Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

A idade dos(as) companheiros(as) dos(as) responsáveis dos estabelecimentos revela que a maioria dos cônjuges possui idade entre 30 e 55 anos, e 25% possuem 55 anos ou mais (Gráfico 8). Nessa última faixa etária encontram-se os cônjuges já aposentados ou prestes a requerer esse benefício social.

Gráfico 8: Faixa etária do(a) companheiro(a).



Total de respostas: **36**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).



Figura 2. Sra. Lúcia e Sr. Adelar, Família Feron, trabalhando na colheita da maçã, Comunidade São Sebastião do Arvoredo.

Fonte: Arquivo da disciplina Vivência em Agricultura Familiar, imagem registrada pela estudante Karine Nunes.

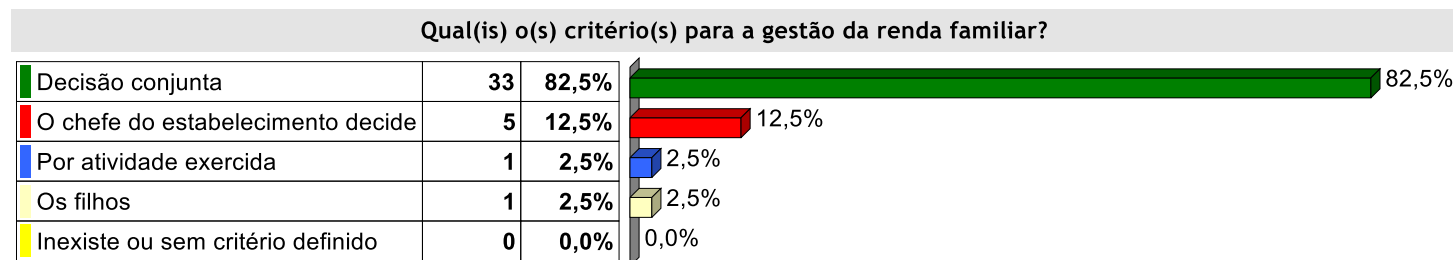
No tópico seguinte, a análise volta-se para o estabelecimento agrícola, com o propósito de elucidar os sistemas de gestão, as distintas fontes de rendas dos membros familiares e as estratégias de obtenção de terras.

4.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA

O Gráfico 9 indica que, dos 40 entrevistados, 82,5% declararam gerir a renda familiar de forma conjunta com os demais familiares. Em 12,5% dos casos, a decisão é exclusiva do chefe do estabelecimento e dois casos relataram ser a decisão, respectivamente, dos filhos e de acordo com a responsabilidade pela atividade exercida. Nenhum entrevistado informou não possuir critério para gestão da renda familiar. O baixo índice de filhos na condição de responsáveis pela gestão da renda dos estabelecimentos contrasta a existência de mais de um terço de estabelecimentos, cujos responsáveis

apresentam idade próxima da requerida para se aposentar ou que já estão aposentados. Essa situação aponta para o protelamento, por parte dos pais com idade mais avançada, em repassar a gerência da unidade produtiva para os filhos.

Gráfico 9: Critérios para gestão da renda familiar.

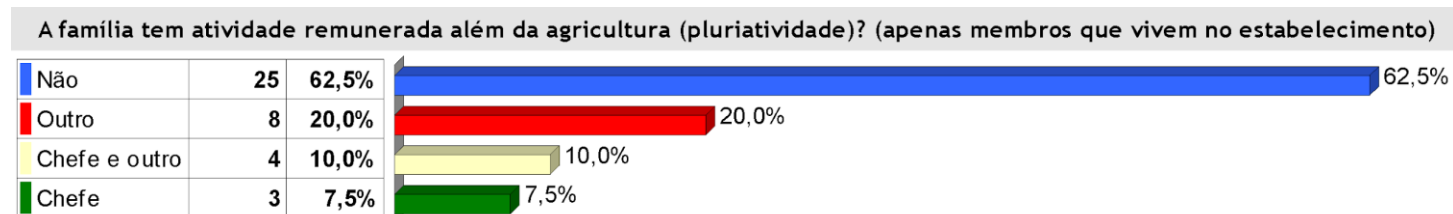


Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Em relação ao exercício de trabalho remunerado fora do estabelecimento, associado com a manutenção de algum vínculo produtivo ou de gestão das atividades agropecuárias, 62,5% dos casos não são pluriativos⁵. No entanto, 37,5% dos estabelecimentos que participaram da VAF apresentam alguma outra fonte de renda que não seja a aposentadoria, complementar à renda agrícola. Desse total, 7,5% concerne exclusivamente ao responsável do estabelecimento, 20% exclusivamente a outro membro do grupo familiar e 4% tanto o chefe quanto outro membro da família (Gráfico 10). Essas informações conjuntas revelam que a pluriatividade não pode ser ignorada no município, devendo ser mais estudada e considerada nas ações de desenvolvimento rural.

Gráfico 10: Atividade remunerada além da agricultura (pluriatividade).



Total de respostas: **40**.

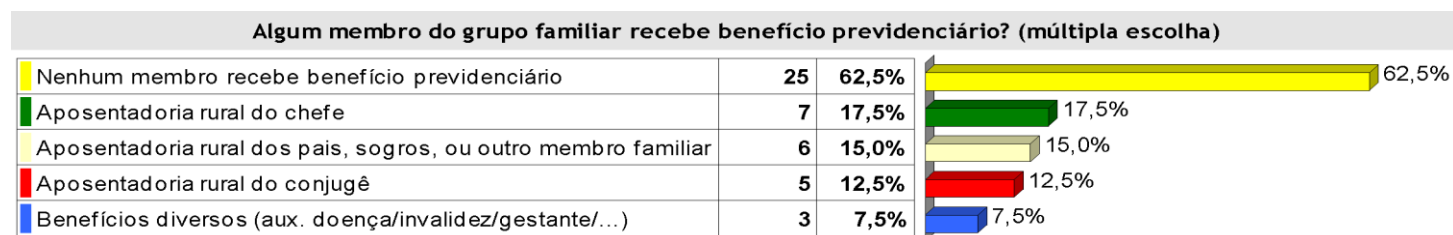
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

⁵ De acordo com Schneider (2003, p. 100), pluriatividade “refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção”. O autor esclarece, portanto, que “a noção de pluriatividade refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família” (SCHNEIDER, 2003, p. 102).

Pelas respostas dadas a uma questão aberta formulada em torno desse tema, apurou-se que dentre as outras atividades remuneradas encontram-se, em primeiro lugar, o trabalho na construção civil, seguido de atividades em escolas públicas, comércios, transporte escolar, além de trabalhos de costureira e de assessoria parlamentar.

A regulamentação dos direitos previdenciários do trabalhador rural foi um direito conquistado pelos agricultores familiares somente na década de 1990. Além de complementar a renda familiar, a previdência se revelou um importante mecanismo de distribuição de renda e de desenvolvimento rural. Dentre os entrevistados que responderam à questão sobre o recebimento de benefícios da previdência, 17,5% são chefes de estabelecimento, 12,5% são cônjuges e 15% são pais e sogros ou outro membro da família (Gráfico 11). Entre as 15 famílias contempladas com benefícios previdenciários, seis recebem um, oito dois e uma três ou mais benefícios.

Gráfico 11: Benefício previdenciário.



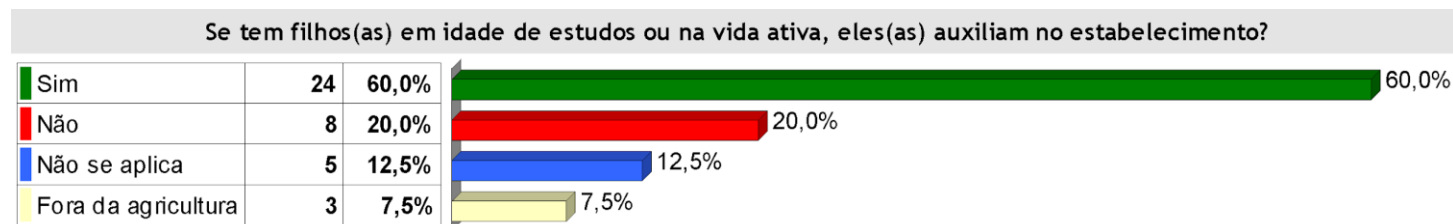
Total de respostas: **46**.

*Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas não estão relacionados ao total de respostas, mas ao total de respondentes da questão: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Nas 40 famílias entrevistadas, 67,5% dos filhos em idade escolar ou na vida ativa auxiliam os pais nas atividades produtivas, sendo que 60% no próprio estabelecimento agropecuário e 7,5% em outros trabalhos fora da agricultura. Em 20% das famílias, os filhos não realizam nenhum tipo de ajuda no estabelecimento e em 12,5% dos casos essa situação não se aplica, por não possuírem filhos em idade escolar ou na vida ativa (Gráfico 12).

Gráfico 12: Filhos(as) envolvidos(as) nas atividades dos pais dentro do estabelecimento rural.

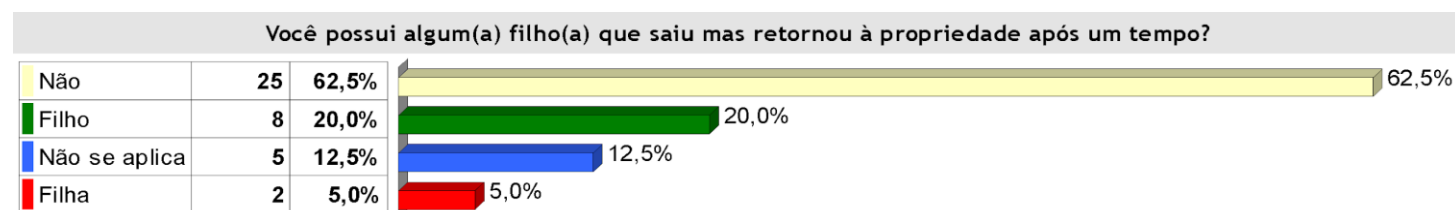


Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Sobre o retorno de filhos que temporariamente saíram dos estabelecimentos por razões diversas, o Gráfico 13 revela que 12,5% dos entrevistados não tiveram filhos que saíram da unidade produtiva, que 20% possuem pelo menos um filho do sexo masculino que saiu do estabelecimento e depois retornou, 5,0% tiveram filhas mulheres que saíram e regressaram e em 62,5% do caso não houve retorno do filho ou filha. O regresso de um filho incidiu sobre um quarto das famílias, indicando que nem todas as saídas são definitivas e que, dependendo da situação socioeconômica encontrada no meio urbano e da incidência de políticas públicas para a agricultura, o retorno à unidade agrícola familiar pode ser uma alternativa atrativa para uma parcela de jovens que migraram por um período. Alguns estudos demonstram que um jovem, que deixa por um período o meio rural para experimentar a vida urbana, quando retorna, quase sempre, aporta novas habilidades e conhecimentos, transformando-se em um agente inovador no campo, tanto no âmbito da própria unidade produtiva quanto na vida da comunidade. Entretanto, vale destacar que a maioria dos filhos que saíram não retornou (62,5%) e, conforme mencionado no Resumo Executivo deste estudo, a situação abre amplos desafios para o território, em relação ao seu ordenamento fundiário.

Gráfico 13: Retorno de algum(a) filho(a) ao estabelecimento rural.

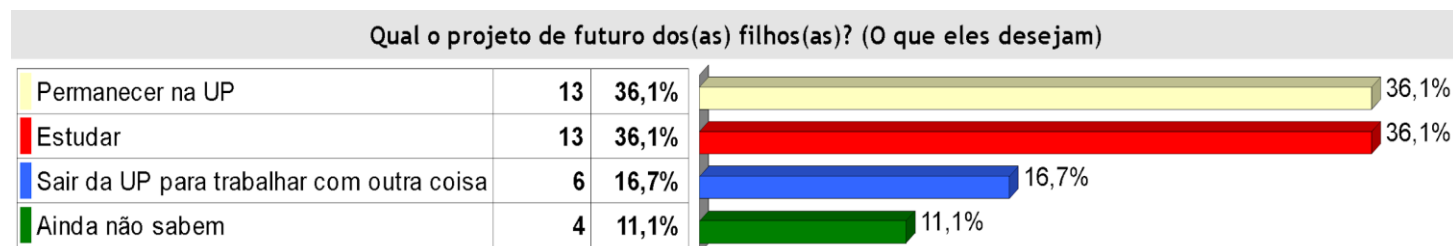


Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Quanto ao projeto de futuro dos(as) filhos(as) (Gráfico 14), constata-se o desejo de 36% em continuar no estabelecimento. Uma parcela correspondente a outros 36% pensa em estudar, sem que se saiba se pretendem ou não retornar à UP após a conclusão dos estudos. Em torno de 17% dos filhos desejam trabalhar em outra atividade que não a agricultura, e 11% ainda não sabem o que farão no futuro. Isto evidencia a possibilidade de êxodo dos jovens rurais, em especial entre aqueles que manifestam a intenção de estudar e os que já decidiram em não trabalhar no setor. Mais uma vez, constata-se a necessidade de políticas públicas voltadas a incentivar a manutenção de uma parcela desses jovens no campo torna-se, assim, inevitável.

Gráfico 14: Projeto futuro dos(as) filhos(as).

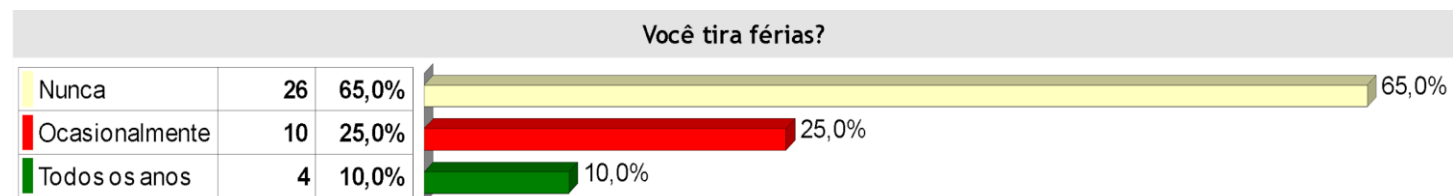


Total de respostas: **35**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

De acordo com o Gráfico 15, a maioria (65%) das famílias entrevistadas nunca tira férias. Embora o questionário não permita o acesso a informações mais detalhadas a esse respeito é possível imaginar que a carga de trabalho no campo continua muito intensa. Essa situação, combinada com a existência de famílias cada vez menores, dificulta o afastamento dos agricultores de seus estabelecimentos por um período destinado ao descanso. Os entrevistados que declararam tirar férias todos os anos (10%) e os que o fazem ocasionalmente (25%), provavelmente são os que possuem membros da família ou pessoas de confiança que realizam as atividades essenciais do estabelecimento enquanto estão ausentes. Esse tema merece um esforço dos agentes locais para se identificar e divulgar experiências de cooperação que oportunizam aos agricultores organizar férias anuais, trocando dias de trabalho com vizinhos e parentes.

Gráfico 15: Férias dos entrevistados.



Total de respostas: **40**.

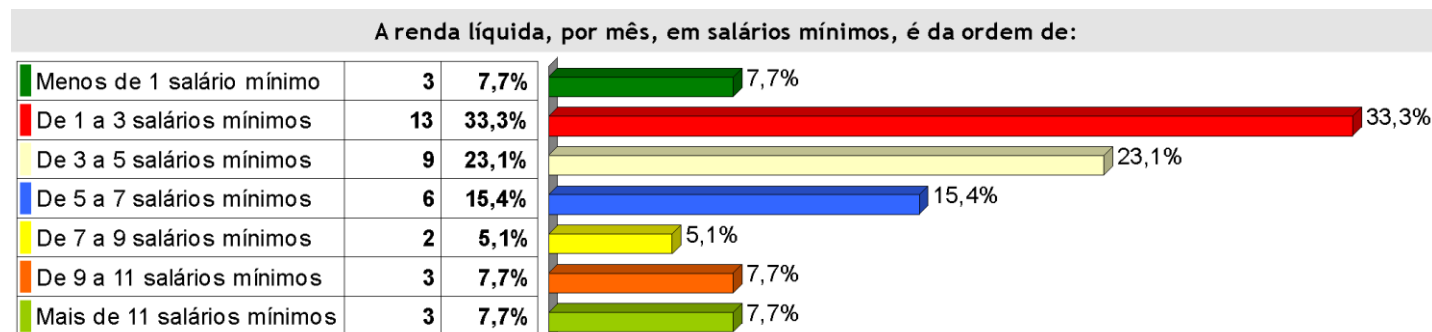
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Sobre a renda familiar líquida mensal (Gráfico 16), observa-se que um significativo número de famílias (41%) possui renda familiar menor que três salários mínimos (SM), ou seja menos de R\$ 2.811,00⁶. Uma parte das famílias (23%) recebe entre 3 SM e 5 SM, outra (15,5%) entre 5 SM e 7 SM e 20,5% recebem mais que 7 SM. Merece destaque que a renda dos respondentes demonstra um padrão produtivo e superior em comparação a outras zonas rurais do país, o que pode estar relacionado com o perfil das famílias participantes da VAF e com a maior rentabilidade propiciada pelo cultivo de maçã.

⁶ Na época da entrevista o salário mínimo vigente era de R\$ 937,00.

Mesmo considerando esse padrão produtivo superior, encontra-se um número significativo de famílias que possuem renda líquida mensal menor que três salários mínimos.

Gráfico 16: Renda líquida mensal da família (em salários mínimos*).



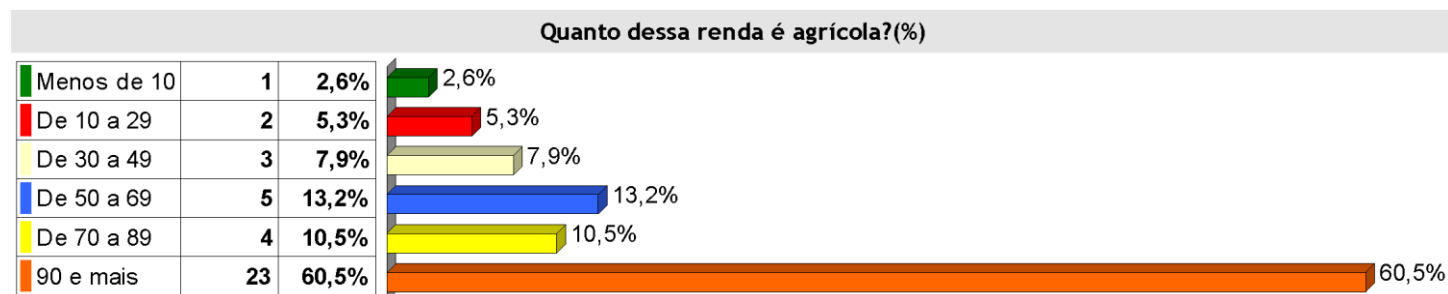
Total de respostas: **39**.

* SM da época: R\$937,00.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Para a maior parte dos entrevistados, a agricultura é a atividade responsável pela maior renda mensal familiar. Cabe destacar que para 60,5% das famílias a agricultura corresponde a 90% ou mais de sua renda mensal (Gráfico 17). Comparando com as informações do gráfico anterior é possível afirmar não somente a importância da agricultura para a sobrevivência destas famílias, mas também que as atividades agrícolas são especializadas e intensificadas.

Gráfico 17: Renda agrícola (%).

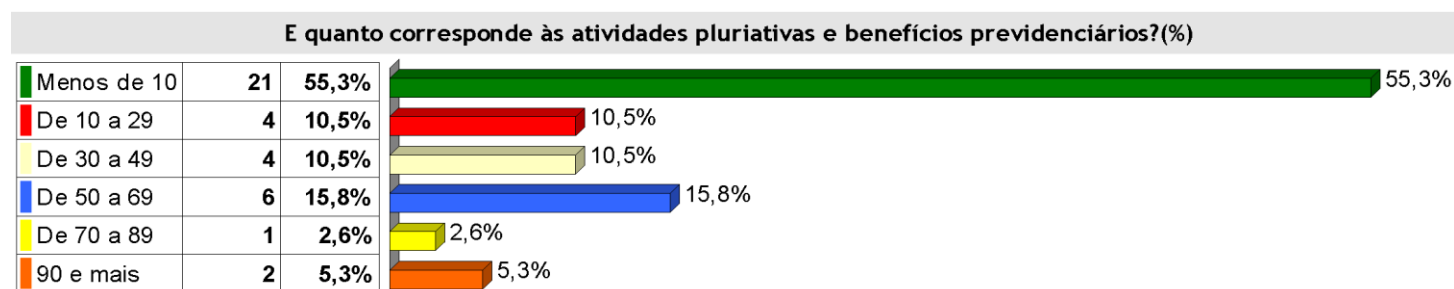


Total de respostas: **38**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

A contribuição de outras atividades (pluriatividade) e associadas a recursos previdenciários representa menos de 10% da renda para a maioria das famílias (55,3%), fato esperado tendo em vista os dados apresentados anteriormente, nos quais a maior parte da renda mensal é proveniente da atividade agrícola. Para 23,7% das famílias, as atividades pluriativas e recursos previdenciários respondem por mais da metade da renda (Gráfico 18).

Gráfico 18: Renda de outras atividades e de benefícios previdenciários (%).



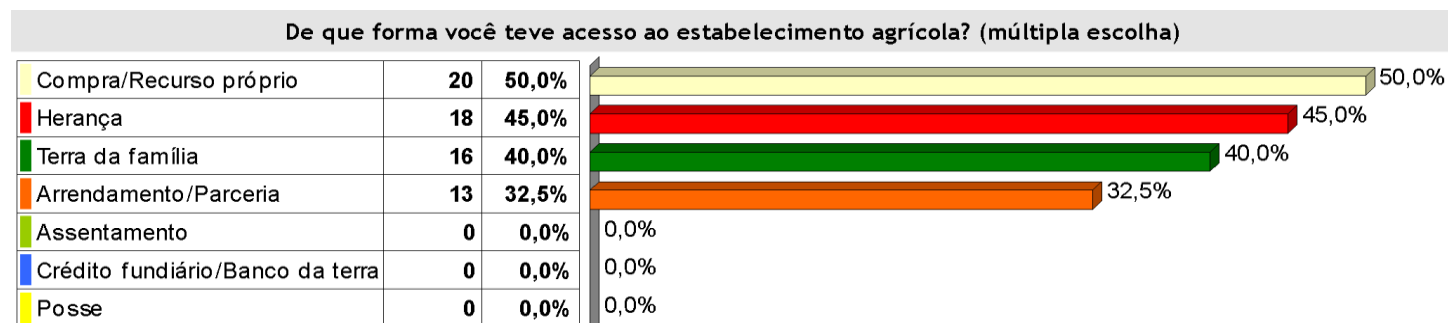
Total de respostas: **38**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Conforme explicitado anteriormente, o questionário possibilita aos entrevistados assinalar mais de uma resposta para algumas questões fechadas. Esse é o caso da pergunta a respeito da forma de aquisição do estabelecimento (Gráfico 19). Tal situação explica o registro de 67 respostas na segunda coluna deste gráfico, o que excede o número de entrevistados, e a soma das porcentagens não totalizar 100%. Ou seja, em relação aos dados da terceira coluna e às respectivas representações em barras no mesmo gráfico, foram calculados com base no total de agricultores respondentes da questão (40) e não pelo total de respostas (67). Desse modo, metade dos entrevistados (50%) informou que todo ou parte do estabelecimento agrícola foi comprado; 45% que o obtiveram por meio de herança. Além disso, 40% dos entrevistados revelam que todo o estabelecimento ou parte dele é terra da família, o que sugere que esse patrimônio ainda não passou pelo processo de partilha entre os herdeiros; a obtenção de terra por arrendamento/parceria totaliza 32,5% das respostas; nenhum agricultor mencionou que o acesso à terra está associado às políticas de assentamento, crédito fundiário ou banco da terra (antiga denominação do atual programa de crédito fundiário), nem por regime de posse.

Em seu conjunto, os dados revelam que, geralmente, a família tem um papel importante no processo de acesso à terra, seja por meio da herança, de empréstimo ou cedência que ainda não passou pelo processo de partilha, ou por esses dois mecanismos simultaneamente. Essas duas opções representam 34 das 67 respostas dadas pelos entrevistados. Entretanto, em muitas famílias há uma combinação da compra de parte da terra, com a herança de outra parte, o que revela a importância do processo de mercantilização do acesso à terra. Note-se que a opção de arrendamento e parceria de terras refere-se aqui ao processo histórico de constituição da unidade agrícola familiar. Como se verá adiante, a utilização dessas estratégias como forma de ampliar a área explorada é ainda mais expressiva na atualidade. No que se refere ao processo de obtenção da terra, do total de 39 respostas, 64,1% afirmaram não terem encontrado maiores dificuldades, mas 35,9% apontam o contrário (Gráfico 20).

Gráfico 19: Forma de aquisição do estabelecimento (múltipla escolha)*.

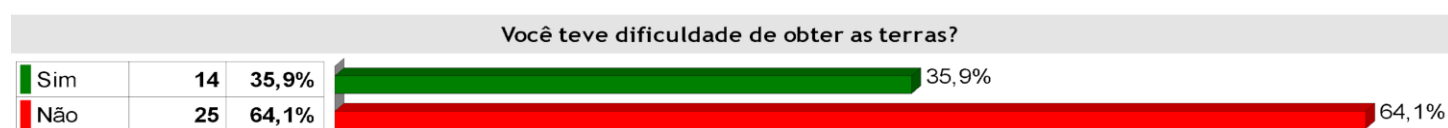


Total de respostas: **67**

*Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas não estão relacionados ao total de respostas, mas ao total de respondentes da questão: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Gráfico 20: Dificuldade para obtenção da terra.

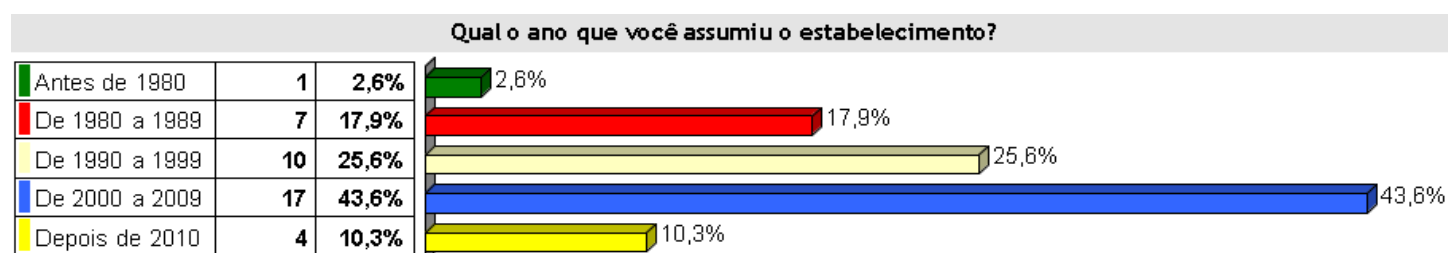


Total de respostas: **39**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Apesar da maioria dos entrevistados possuir 40 anos ou mais (conforme visto no Gráfico 2), a sua história como chefes do estabelecimento agrícola é, em geral, recente. Para 53,9% dos entrevistados, a responsabilidade de gerir o estabelecimento agrícola se deu a partir de 2000; 25,6% deles ficaram responsáveis pelo estabelecimento na década de 1990 e 17,9% na década de 1980; apenas 1 entrevistado assumiu o estabelecimento antes de 1980 (Gráfico 21). É importante ressaltar que, apesar da maioria ser chefe do estabelecimento agrícola há menos de 15 anos, sua história de relação com a terra é muito mais antiga, já que muitos herdaram ou assumiram a terra da família.

Gráfico 21: Período em que assumiu o estabelecimento.

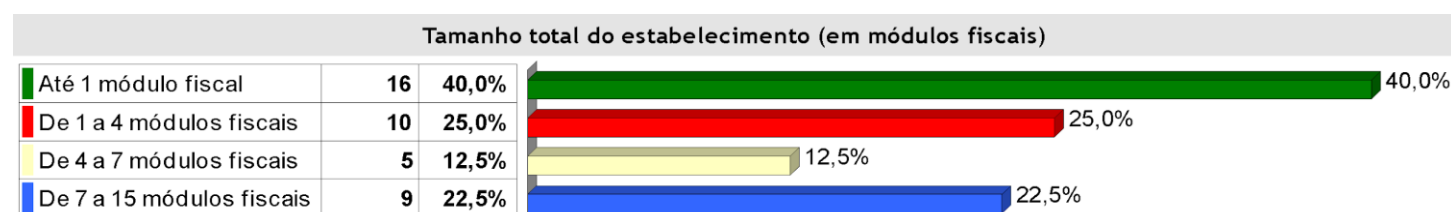


Total de respostas: **39**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Com relação ao tamanho da área dos estabelecimentos, o Gráfico 22 demonstra que 40% das terras são inferiores a um módulo fiscal e possuem menos de 20 ha. As unidades produtivas entre um e quatro módulos fiscais (20 e 80 ha) correspondem a 25% das unidades produtivas; as que se encontram entre quatro e sete módulos fiscais (80 e 140 ha) correspondem a 12,5% e as acima de sete módulos fiscais representam 22,5%, havendo propriedades de, no máximo, 15 módulos fiscais (300 ha). Do total das 40 famílias, 65% têm menos de quatro módulos fiscais e, portanto, se enquadram nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no que se refere ao critério de tamanho do estabelecimento agropecuário.

Gráfico 22: Tamanho total do estabelecimento (terras próprias e de terceiros).



Total de respostas: **40**.

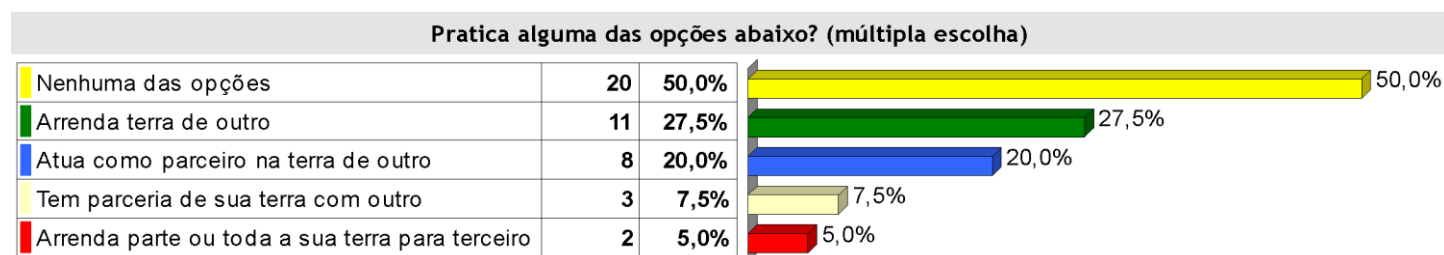
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

* MF do município: 20 ha.

No que diz respeito à área que corresponde à terra própria, apenas dois respondentes (5,0%) afirmam não serem proprietários de nenhuma área. Embora este número seja pequeno, evidencia a importância do acesso à terra por meio dos contratos de arrendamento e parceria, já que do contrário estas duas famílias não poderiam produzir e reproduzir sua vida no meio rural.

A pergunta relacionada ao arrendamento de terras e parcerias também possibilitou aos agricultores responderem mais de uma alternativa. O total de 44 respostas obtidas indica a presença de múltiplas situações relacionadas a esse tema. Há apenas dois casos em que a família arrenda parte das suas terras para terceiros. Se, por um lado, 50,0% dos respondentes não recorrem a nenhuma dessas práticas, por outro, 20% afirmam ter parcerias de terras com terceiros e 27,5% arrendam áreas de terceiros (Gráfico 23). Esses casos estão coerentes com o desejo de aumentar o tamanho do estabelecimento. Além disso, o número de agricultores familiares que aumenta suas áreas por meio do arrendamento e parcerias de terras (47,5%) revela que esses instrumentos representam importantes ferramentas de governança da terra. Sabe-se que, até o momento, essas e outras estratégias de uso e gestão da terra, muito presentes no ordenamento fundiário do país, são pouco estudadas e mobilizadas pelas políticas públicas.

Gráfico 23: Arrendamento de terra e parcerias com terceiros (múltipla escolha)*.



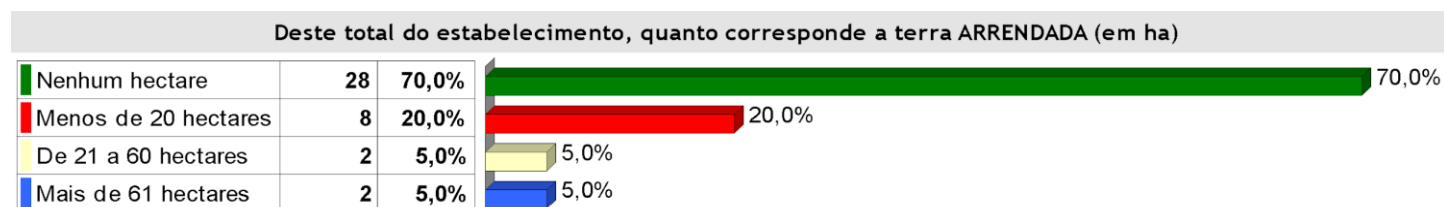
Total de respostas: **44**.

*Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas não estão relacionados ao total de respostas, mas ao total de respondentes da questão: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Em relação à área correspondente a terra arrendada, 30% recorrem a esse instrumento para dispor de terras para cultivar (dois casos) ou para aumentar a área explorada. O Gráfico 24 revela que 20% possuem menos de 20 ha, 5% entre 21 e 60 ha e 5% mais de 61 ha arrendados de terceiros. Ou seja, quase um terço dos agricultores que participaram da VAF tem contratos de arrendamento com terceiros para aumentar a área de produção e, conseqüentemente, incrementar a renda.

Gráfico 24: Área do estabelecimento que corresponde à terra arrendada.

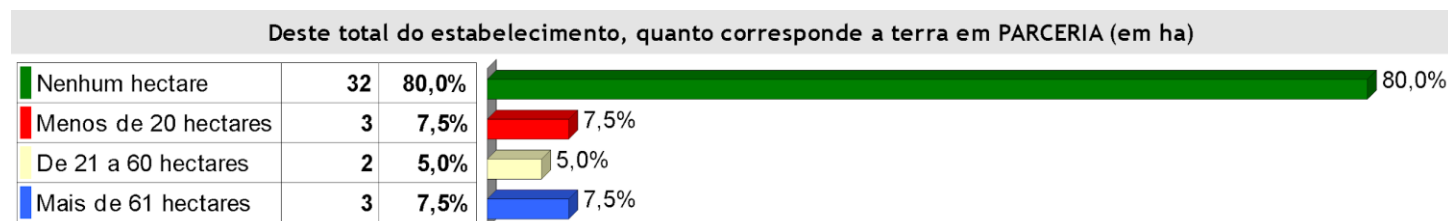


Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Semelhante aos casos de arrendamento de terras, os contratos de parceria se configuram numa importante ferramenta de incremento da área de terra explorada da parte de famílias que estão em plena atividade, mas não conseguem adquiri-las por razões diversas. Neste estudo, 7,5% dos agricultores possuía menos de 20 ha e 12,5% mais de 20 ha de terras em parceria (Gráfico 25). Assim, terras arrendadas ou em parceria representam um recurso importante para uma parcela significativa desses agricultores.

Gráfico 25: Área do estabelecimento que corresponde à terra em parceria.



Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

O Gráfico 26 indica, por sua vez, que 67,5% dos entrevistados declararam que a área dos seus estabelecimentos aumentou de tamanho ao longo do tempo, enquanto 32,5% disseram que mantiveram o tamanho inicial. Em nenhum caso houve registro de diminuição. Os dados do Gráfico 27 reforçam a percepção de que a maioria dos agricultores participantes da VAF tem interesse de incrementar sua atividade agropecuária, já que 62,5% têm a intenção de aumentar a área dos seus estabelecimentos, enquanto 37,5% dos entrevistados mencionaram estar satisfeitos com a quantidade atual e nenhum tem a intenção de diminuir o tamanho do seu patrimônio.

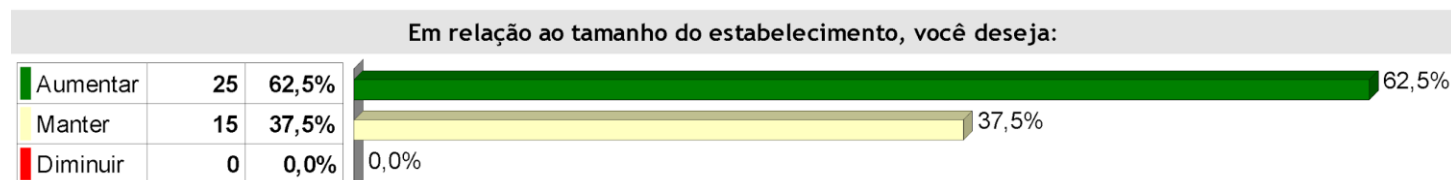
Gráfico 26: Evolução do tamanho do estabelecimento rural.



Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Gráfico 27: Desejo em relação ao tamanho atual do estabelecimento rural.



Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).



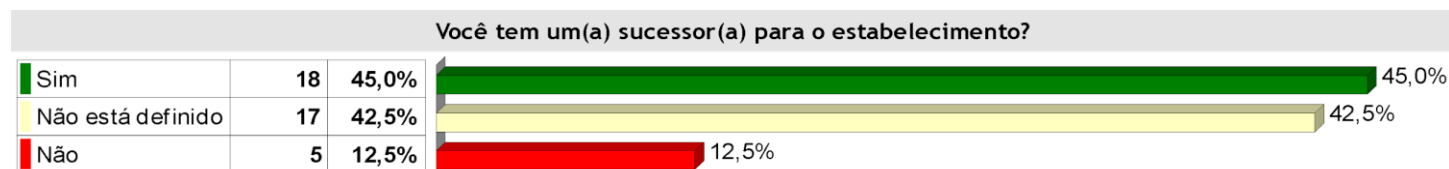
Figura 3. Unidades produtivas do município de São Joaquim com parte dos pomares protegidos de intempéries.

Fonte: Arquivo da disciplina Vivência em Agricultura Familiar, imagem registrada pelo estudante Daniel Milanelo Martuscelli.

Sobre a sucessão do estabelecimento familiar, 45% indicaram que já há um sucessor que assumirá a gestão do estabelecimento familiar após o atual chefe cessar suas atividades. Em contrapartida, 12,5% afirmaram que não dispõem de um(a) sucessor(a) e 42,5% responderam que essa questão ainda não está definida (Gráfico 28). Apesar da minoria das famílias estudadas ter afirmado que não possui sucessor(a), a situação deve ser analisada com atenção, visto que uma parcela significativa relata não ter uma escolha definida (42,5%).

Várias pesquisas feitas no estado de Santa Catarina indicam uma tendência, no meio rural, de se frear novos investimentos produtivos, reflexo de certo desestímulo, naquelas unidades que não possuem sucessores - sabe-se que existe uma tendência de saída de jovens rurais, sobretudo do sexo feminino, motivada por um conjunto complexo de fatores internos e externos às unidades familiares. Além disso, o fato de se protelar a decisão sobre o provável sucessor dificulta a formação profissional adequada de uma nova geração de famílias agricultoras.

Gráfico 28: Sucessor para o estabelecimento rural.

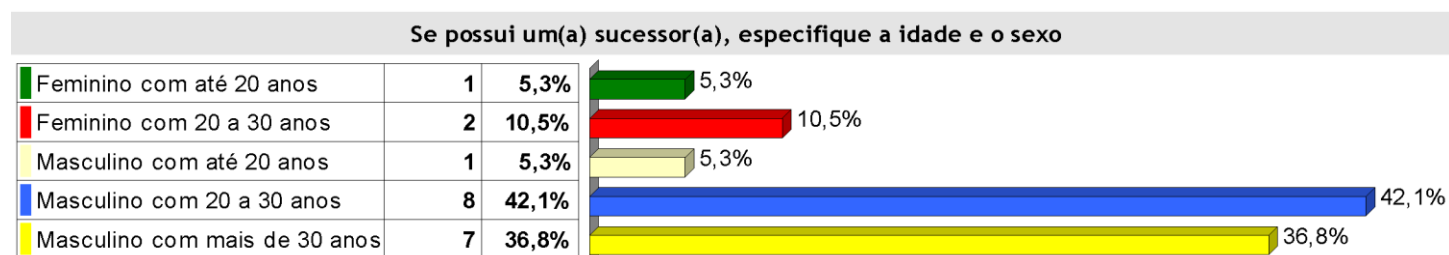


Total de respostas: 40.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Os rapazes são os mais citados como possíveis sucessores do estabelecimento rural (Gráfico 29). Das dezenove respostas obtidas nesta questão, os jovens masculinos foram mencionados por 84,2% dos entrevistados para assumirem a unidade produtiva, enquanto que as mulheres foram indicadas por 15,7% dos entrevistados. Cabe ressaltar que na faixa etária mais jovem (menos de 20 anos) incide o maior grau de incertezas em relação à possibilidade desses pretensos sucessores assumirem, de fato, o estabelecimento no futuro. É justamente nessa faixa etária que os jovens normalmente estão definindo o que farão no futuro. Tal faixa coincide, também, com a maior expectativa dos pais para que, pelo menos, um filho demonstre interesse em dar continuidade nos trabalhos do estabelecimento rural. Trata-se, portanto, de um importante momento para a definição do futuro da unidade produtiva, o qual mereceria atenção especial das organizações profissionais agrícolas no sentido de assessorar as famílias nas tomadas de decisão. Por vezes, a opção dos jovens em permanecer na atividade depende da decisão dos pais e demais membros familiares em anunciar essa decisão e, por vezes, rever o modelo produtivo existente, o que implicaria em investir em novas atividades.

Gráfico 29: Idade e sexo do sucessor para o estabelecimento rural.



Total de respostas: 19.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

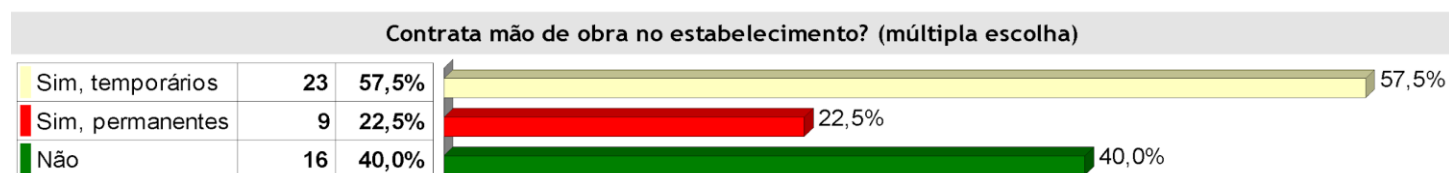
4.3 RELAÇÕES DE TRABALHO E INSERÇÃO SOCIOPOLÍTICA

Sobre a contratação de mão-de-obra para auxiliar nos trabalhos, os dados indicam que em 40% dos estabelecimentos não existe esse tipo de apoio. Porém, 22,5% afirmam possuir empregados permanentes e outros 57,5% contratam mão-de-obra temporária (Gráfico 30). Esse considerável

número de casos que contrata mão-de-obra está relacionado, provavelmente, à produção de maçã. Essa atividade requer muito trabalho, especialmente para executar os serviços de poda e de colheita.

Durante a realização da VAF foi possível constatar a marcante presença de mão-de-obra temporária associada a jovens nordestinos contratados para auxiliar na colheita da maçã. Este tema merece uma análise com maior profundidade, o que extrapola os propósitos deste estudo. Além disso, é recorrente na bovinocultura de corte a contratação de empresas para efetuar o carregamento de animais.

Gráfico 30: Contratação de mão-de-obra na unidade produtiva.



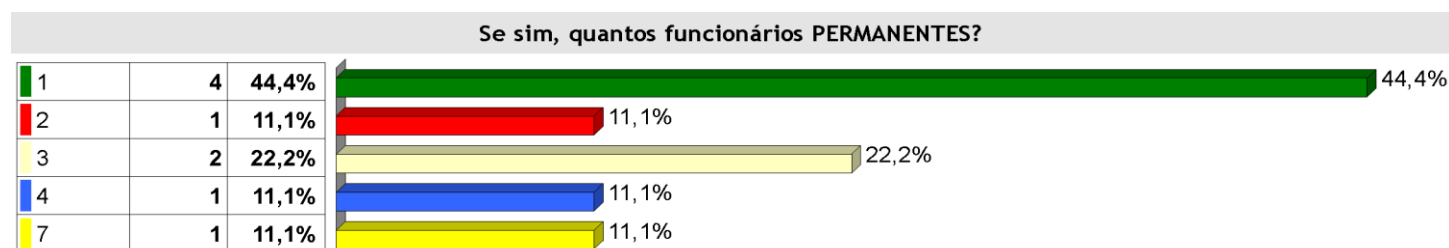
Total de respostas: **48**.

* Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

A quantidade de empregados permanentemente contratados na unidade produtiva (Gráfico 31) varia de um a sete, porém aquelas com um funcionário contratado são mais recorrentes. A maioria (55,5%) contratam até dois funcionários. Para se enquadrar nas normas do Pronaf, a contratação de empregados permanentes não pode ser superior ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar. Nos casos aqui analisados, as quatro situações com mais de três empregados permanentes podem não cumprir esse quesito de acesso à política pública para a agricultura familiar.

Gráfico 31: Número de funcionários permanentes na unidade produtiva.

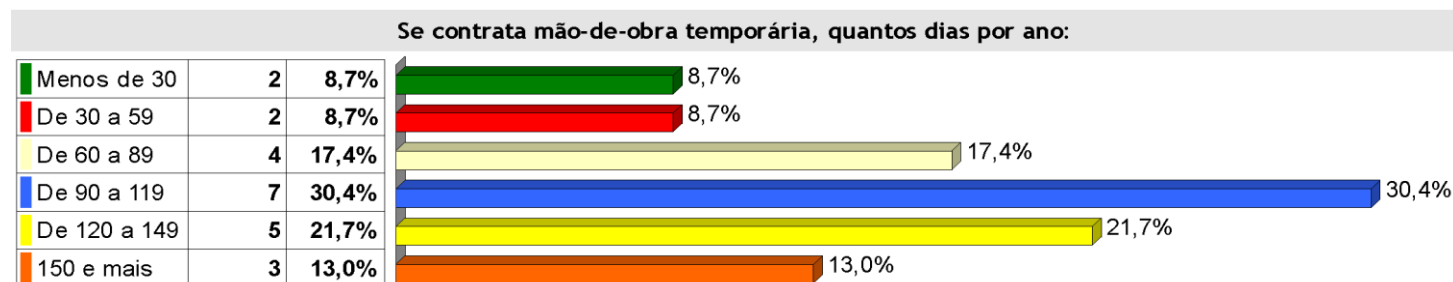


Total de respostas: **09**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Sobre a contratação de empregados temporários, a maioria (69,5%) contrata por um período que varia de 60 a 150 dias ao ano (Gráfico 32). A quantidade de contratados (Gráfico 33) concentra-se na faixa de 01 a 04 funcionários (65,2%). Nos casos presenciados a campo, o valor pago estava associado à capacidade ou rendimento na colheita da maçã.

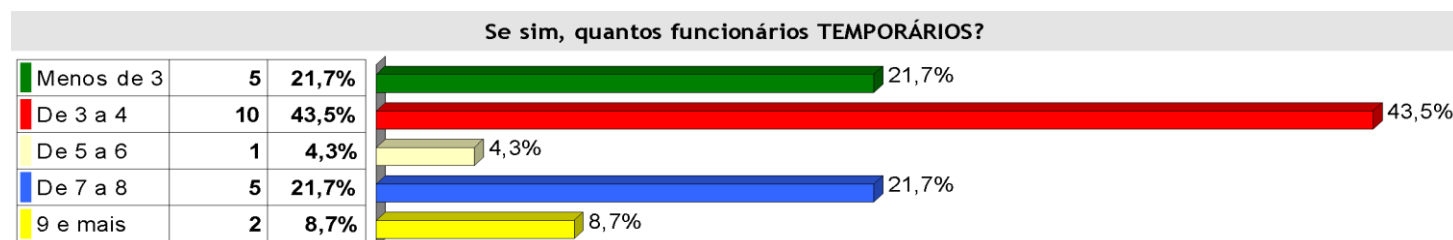
Gráfico 32: Número de dias de contratação de mão-de-obra na unidade produtiva.



Total de respostas: **23**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Gráfico 33: Número de empregados temporários contratados na unidade produtiva.

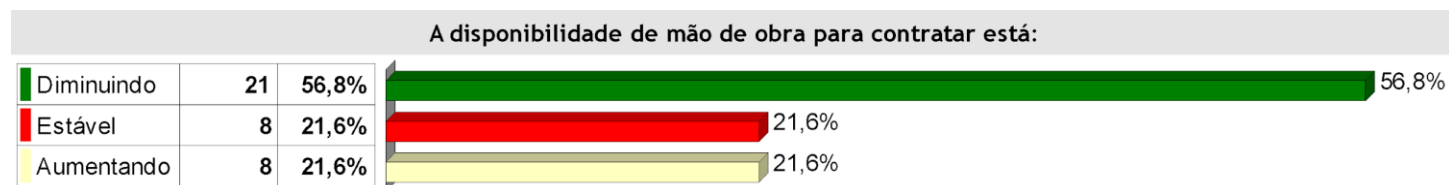


Total de respostas: **23**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Dentro deste tema também é importante registrar um fenômeno recorrente em várias regiões de Santa Catarina: a dificuldade de contratação de trabalhadores rurais. No que se refere à questão sobre disponibilidade de mão-de-obra para a contratação, do total de 37 respostas, a maioria dos entrevistados (56,8%) afirmou que a mão-de-obra disponível está diminuindo na região (Gráfico 34). Esse é um importante indicador que pode afetar negativamente a reprodução social da agricultura familiar, além de explicar a expressiva incidência de trabalhadores temporários que migram parte do ano de estados nordestinos para o sul do país.

Gráfico 34: Disponibilidade de mão-de-obra para contratação.

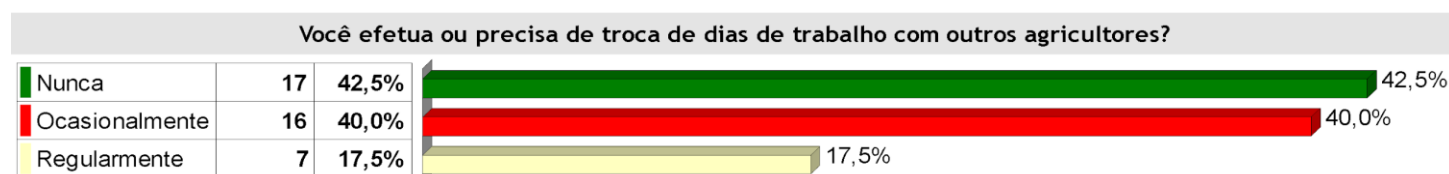


Total de respostas: **37**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Em relação à troca de dias de trabalho com outros agricultores pode-se verificar, no Gráfico 35, que 42,5% dos entrevistados nunca recorrem a essa prática, mas 40% realizam a troca de dias de trabalho ocasionalmente e 17,5% o fazem regularmente. A soma das trocas ocasionais e regulares (57,5%) revela que essa prática, muito comum entre agricultores familiares do passado, permanece viva na região. Tradicionalmente, a ação solidária e a ajuda mútua são importantes fatores de diferenciação entre a lógica da agricultura familiar e aquela encontrada nos grandes estabelecimentos integrados ao agronegócio industrial. Nessa última, o trabalho é incorporado como fator de produção vinculado estritamente à eficiência econômico-produtiva, enquanto que na agricultura familiar o trabalho cooperado está associado ao fortalecimento das relações sociais entre parentes e vizinhos. O costume de se buscar nas trocas de trabalho alternativas para a reprodução socioeconômica é evidente e poderia ser mais bem explorado, por exemplo, em iniciativas cooperadas que permitissem às famílias de agricultores tirarem férias periodicamente ou participar de processos educativos fora do estabelecimento.

Gráfico 35: Troca de dias de trabalho com outros agricultores.



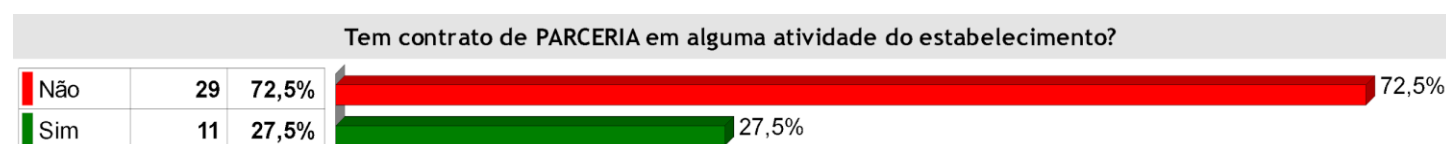
Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Todos os agricultores afirmaram que realizam a troca de dias de trabalhos com outros agricultores, por conta da falta de mão-de-obra familiar para execução das atividades. Reforça-se que essa deficiência, ocasionada tanto pela saída dos jovens do campo quanto pela idade avançada dos pais, é um problema que necessita olhares atentos das principais organizações profissionais agrícolas, de modo a se criar atrativos para a juventude continuar ou mesmo regressar ao campo.

Outra prática comum no meio rural brasileiro que se coloca como alternativa à falta de mão-de-obra são os contratos de parceria para efetuar determinadas atividades produtivas. Neste estudo, verificou-se que 27,5% dos entrevistados recorrem a esta prática (Gráfico 36), fator que evidencia a importância das relações interpessoais para manutenção das atividades agropecuárias. Esses contratos, na maioria informais, são utilizados por essas famílias, sobretudo, na produção de maçã, mas também na bovinocultura de corte, agroindústria e atividade extrativista. Por meio desses contratos se estabelece uma cooperação no processo produtivo, compartilhando inclusive os riscos inerentes à atividade agropecuária, entre quem sede os meios de produção (sobretudo a terra e instalações) e quem aporta o essencial do trabalho.

Gráfico 36: Contratos de parceria.

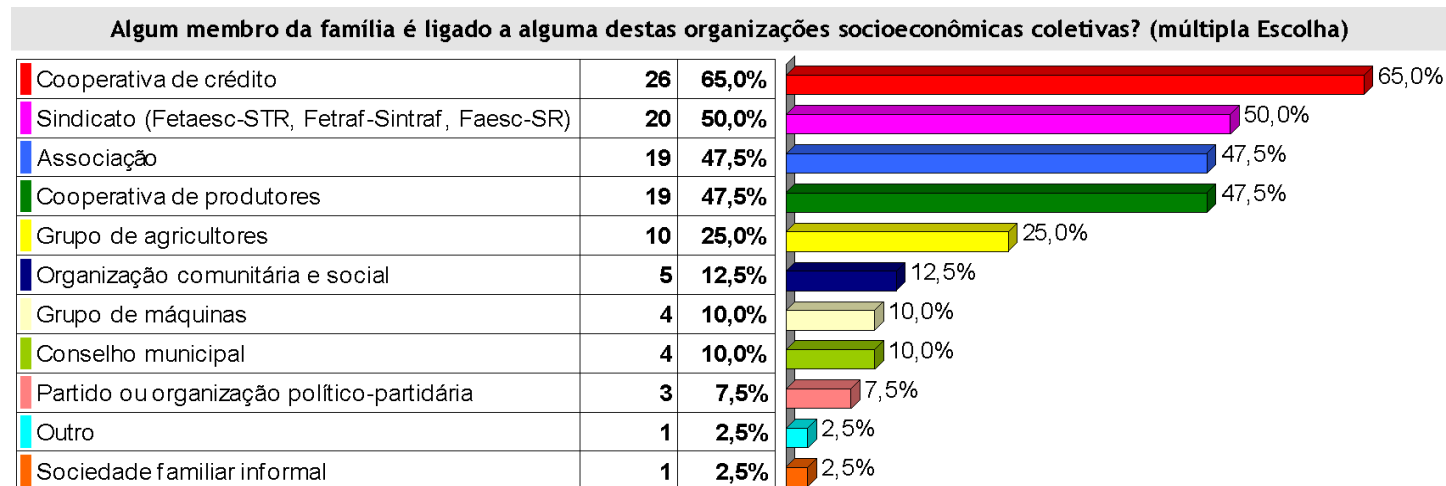


Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

O questionário contemplou uma pergunta relacionada à participação de membros das famílias em organizações coletivas. Esta questão também possibilitou múltiplas respostas (Gráfico 37). No total, os entrevistados forneceram 112 respostas, o que por si só demonstra a relevância da cooperação agrícola no meio rural do município. Dos 40 entrevistados, 65% participam de cooperativas de crédito, 50% de sindicatos, 47,5% de cooperativas de produtores e o mesmo percentual faz parte de associações. Outros 25% integram grupos de agricultores e 12,5% fazem parte de organizações comunitárias e sociais. Em menor expressão foram citados grupos de máquinas, conselho municipal, partidos ou organizações políticas e sociedades familiares informais. A disponibilidade do crédito rural pode ser alta na região, tendo em vista a marcada atuação das cooperativas de crédito entre os entrevistados.

Gráfico 37: Participação de membros da família em organizações socioeconômicas coletivas (múltipla escolha)*.



Total de respostas: **112**.

*Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas não estão relacionados ao total de respostas, mas ao total de respondentes da questão: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

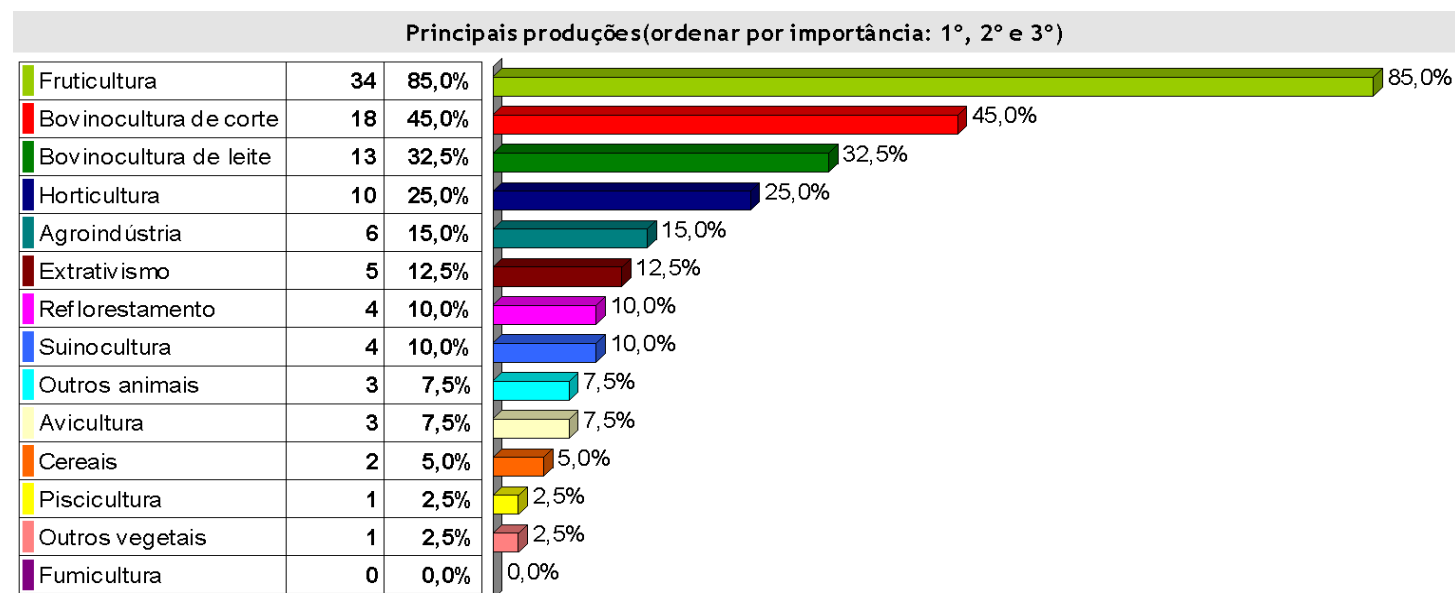
Esse quadro sugere a existência de uma atuação sociopolítica relativamente intensa dos agricultores, que certamente repercute na maior capacidade de reprodução social das suas UP. É importante destacar o papel das organizações do tipo comunitária e associativa, que promovem a sociabilidade local, por meio da realização de eventos culturais, tais como festas, bailes, casamentos, encontros esportivos e outras manifestações. Tais atividades coletivas são vitais para a dinamização da vida social das famílias de agricultores e para se ampliar a atratividade do meio rural aos jovens agricultores.

4.4 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, AUTOABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Em relação às principais produções agropecuárias do estabelecimento, o questionário apresenta uma lista de possibilidades para que o entrevistado eleja, em ordem de importância, as três principais. O conjunto de citações foi condensado no Gráfico 38, no qual foram também estimados pesos para cada ordem de importância. Verifica-se que as atividades mais relevantes são a fruticultura (85%), a bovinocultura de corte (45%) e a bovinocultura de leite (32,5%). Também possuem relevância a horticultura (25%), as agroindústrias familiares (15%), as atividades extrativistas, sobretudo as relacionadas à coleta de pinhão (12,5%), a produção de madeira com reflorestamento com espécies exóticas (10%) e a suinocultura (10%). Também são encontradas, com menor impacto, a avicultura, a

produção de cereais, a piscicultura, a produção de bovinos para recria e a ovinocultura (mencionado em “outros animais”) e a produção de feijão (mencionado em “outros vegetais”).

Gráfico 38: Principais produções do estabelecimento agrícola (múltipla escolha)*.



Total de respostas: **104**.

* Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

As distintas vocações produtivas apontadas pelos entrevistados revelam que a produção proveniente da agricultura familiar do município continua diversificada, embora mantendo a prevalência de algumas atividades, com destaque para a fruticultura e a bovinocultura de corte e leite. As representatividades da produção de hortaliças e de agroindústrias familiares orientadas para o mercado merecem destaque, pois correspondem, respectivamente, às quarta e quinta atividades mais referenciadas.



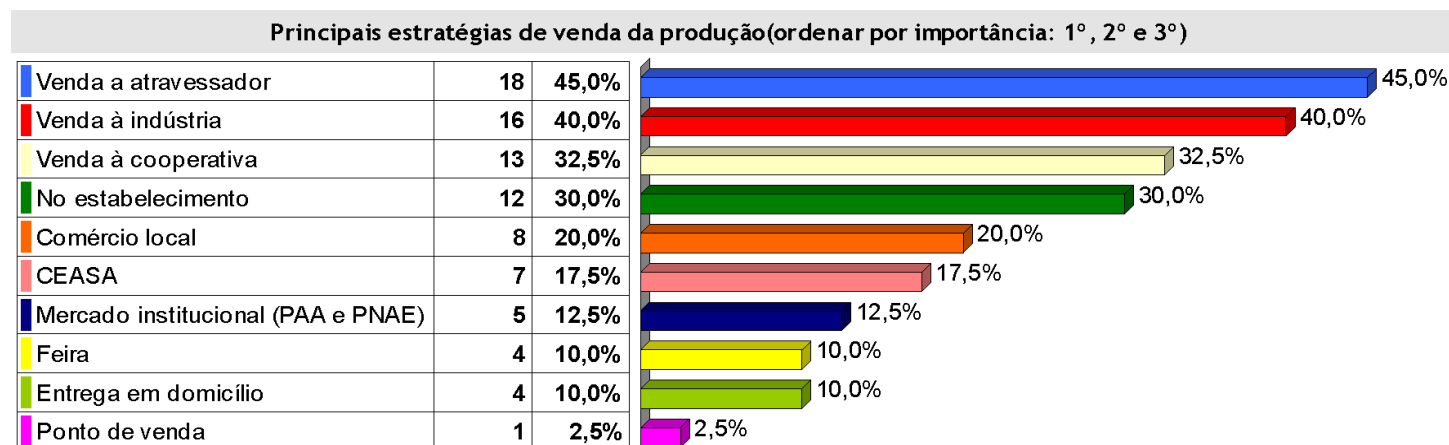
Figura 4: Suínos criados soltos no município de São Joaquim.

Fonte: Arquivo da disciplina Vivência em Agricultura Familiar, imagem registrada pela estudante Larissa Francisco.

As principais estratégias de venda da produção também foram respondidas por grau de importância, no limite de três opções para cada entrevistado. Conforme pode ser visualizado no Gráfico 39, dentre as 88 respostas obtidas destacam-se as vendas a atravessadores e agroindústrias, indicadas respectivamente por 45% e 40% dos respondentes, seguidas da comercialização via cooperativas, que foi mencionada por 32,5% dos agricultores. Venda no estabelecimento, comércio local e no Ceasa figuram também como opções importantes de mercado.

Os casos específicos de vendas nos estabelecimentos (30%), feiras (10%) e entregas em domicílio (10%) merecem ser mais bem analisados com outros estudos. A busca dos consumidores por produtos comercializados diretamente pelos produtores é comum em contextos de proximidade com a produção rural. A organização dos agricultores para a comercialização de tais produtos é fator facilitador desse consumo. Além disso, 12,5% dos entrevistados citaram como estratégia de venda a comercialização de seus produtos por meio do mercado institucional, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Quando somadas, a venda no estabelecimento, no comércio local, nos mercados institucionais, na feira, na entrega a domicílio e com ponto de venda, ou seja, as modalidades de circuitos curtos de comercialização (CCC), que se caracterizam pela baixa presença de agentes intermediários no processo, são praticadas por 47,5 % dos agricultores entrevistados. Quanto a uma modalidade de CCC, a venda direta, 67,5% dos 40 entrevistados que opinaram (Gráfico 40) afirmaram que não realizam esse tipo de venda, 20% a consideram importante e 12,5%, essencial.

Gráfico 39: Principais formas de comercialização da produção (múltipla escolha)*.

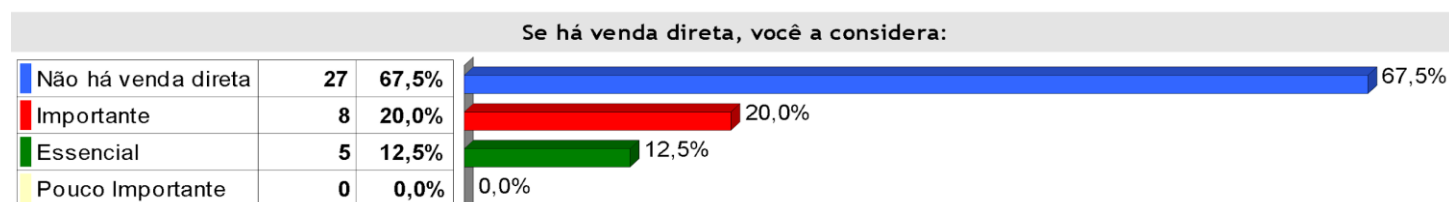


Total de respostas: **88**.

* Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: 40.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Gráfico 40: Importância dada pelos agricultores à venda direta.

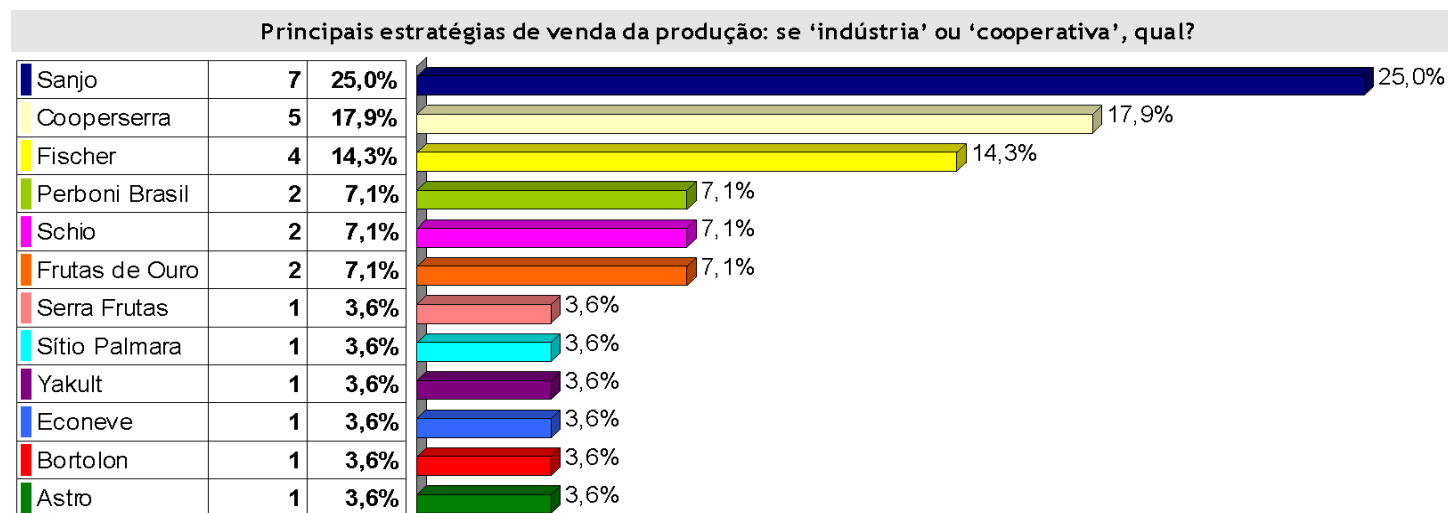


Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Dentre as empresas cooperativas e privadas que mais comercializam a produção dos agricultores entrevistados destacam-se a Cooperativa Agrícola de São Joaquim (Sanjo), Cooperativa Cooperserra e a agroindústria Fischer, como indica o Gráfico 41. Verifica-se que além dessas empresas líderes, diversas outras mantêm relações comerciais com os agricultores familiares de São Joaquim.

Gráfico 41: Empresas cooperativas e privadas que comercializam a produção.



Total de respostas: **28**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).



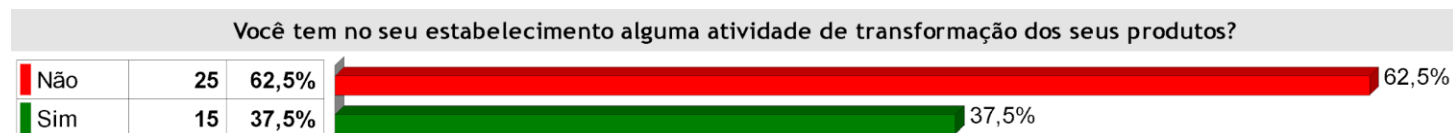
Figura 5. Venda direta no município de São Joaquim.

Fonte: Arquivo da disciplina Vivência em Agricultura Familiar, imagem registrada pelo estudante Edimar Rode.

Pelo Gráfico 42, percebe-se que algumas famílias beneficiam seus produtos (37,5%), enquanto a maioria não faz nenhum tipo de transformação (62,5%). Aqueles que afirmaram beneficiar a produção, produzem principalmente derivados lácteos (37%), doces (22,2%) e produtos de panificação (12,1%).

Vegetais processados, cárneos, vinagre de maçã, vinho, conservas e sucos foram outros produtos citados (Gráfico 43).

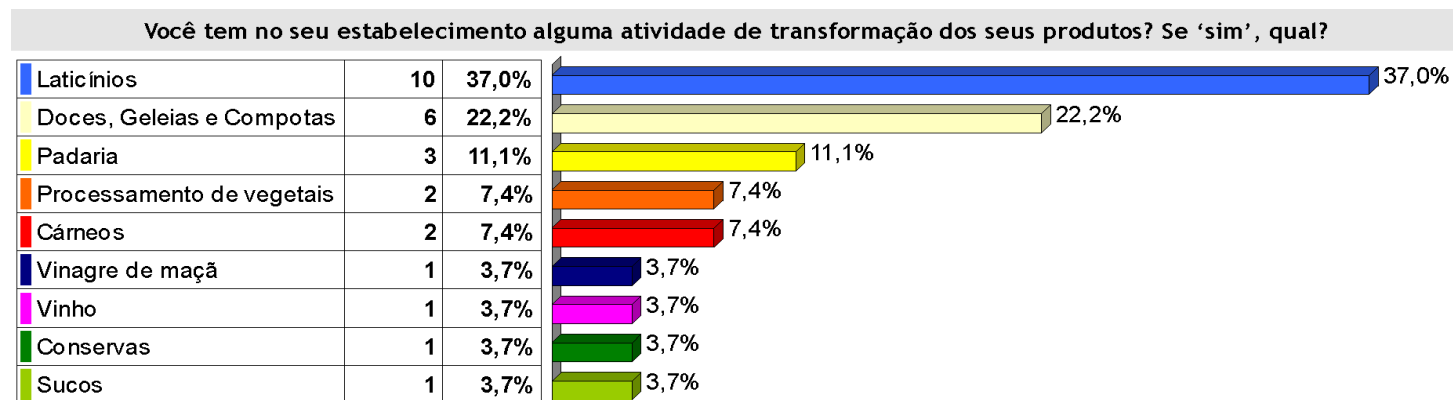
Gráfico 42: Beneficiamento da produção.



Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Gráfico 43: Produto derivados do beneficiamento da produção.

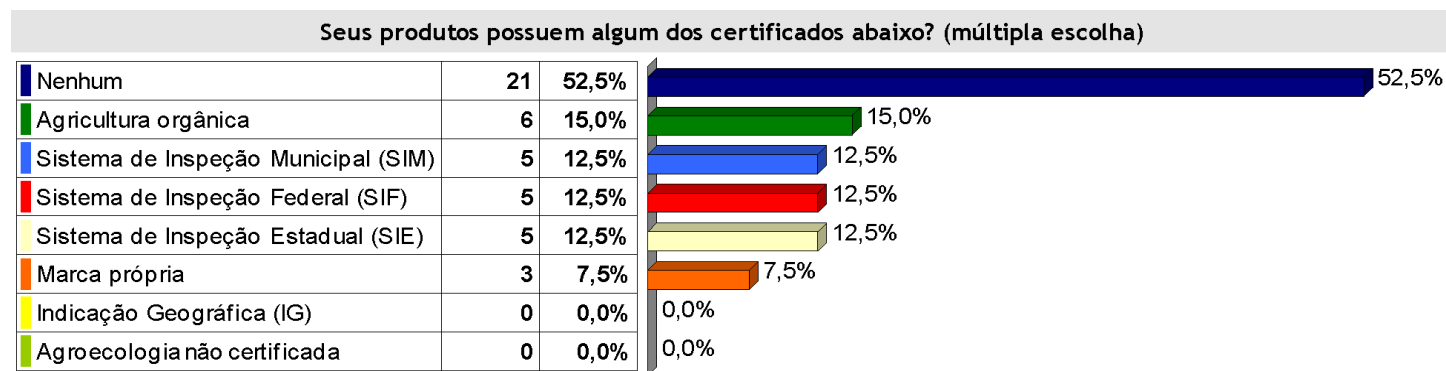


Total de respostas: **15**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Em relação à certificação da produção, também foi possível marcar mais de uma alternativa, resultando num total de 45 respostas (Gráfico 44). Grande parte dos entrevistados (52,5%) não emprega nenhum tipo de certificação, o que denota que essa parte da produção local se destina aos circuitos convencionais de comercialização. A certificação orgânica ocorre em 15% das unidades produtivas, já os Serviços de Inspeção Municipal (SIM), Estadual (SIE) e Federal (SIF) foram mencionados na mesma proporção (12,5% cada) e estão vinculados à bovinocultura de corte e de leite. Considerando que quase metade das famílias possui certificações, pode-se compreender que a inexistência de um polo urbano de porte médio, com consumidores que demandem esse tipo de produção, dificulta a criação de novos mercados, especialmente para a comercialização de produtos diferenciados oriundos da agricultura familiar. É possível também que parte dos agricultores, assim como ocorre em outras regiões de Santa Catarina, dependa de agroindústrias de maior porte para escoamento da produção.

Gráfico 44: Sistema de certificação empregado pelo(a) entrevistado(a) (múltipla escolha)*.



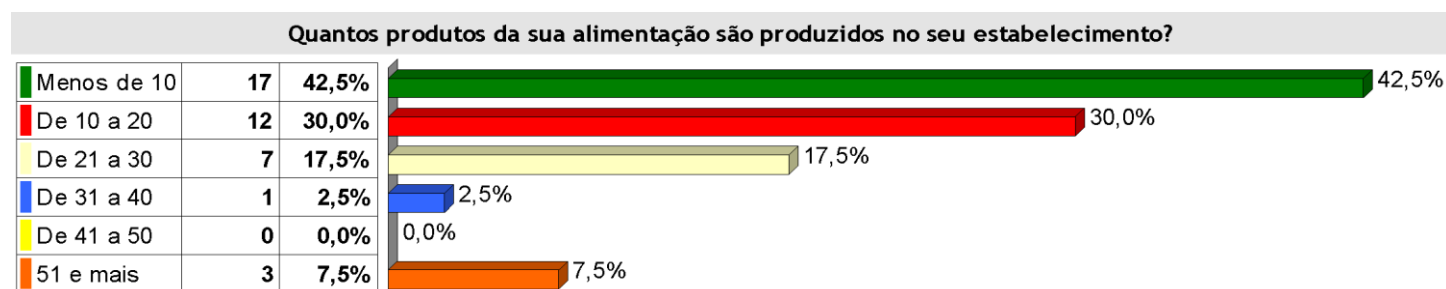
Total de respostas: **45**.

*Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas não estão relacionados ao total de respostas, mas ao total de respondentes da questão: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Os três gráficos a seguir tratam da estratégia familiar em relação à produção de alimentos e de outros produtos voltados para o autoabastecimento, a exemplo de lenha e produtos alimentícios. O Gráfico 45 revela que 42,5% dos entrevistados produzem menos de 10 produtos da sua alimentação, 30% entre 10 a 20 produtos e 17,5% entre 21 a 30 produtos.

Gráfico 45: Quantidade de produtos produzidos no estabelecimento que são consumidos pela família.



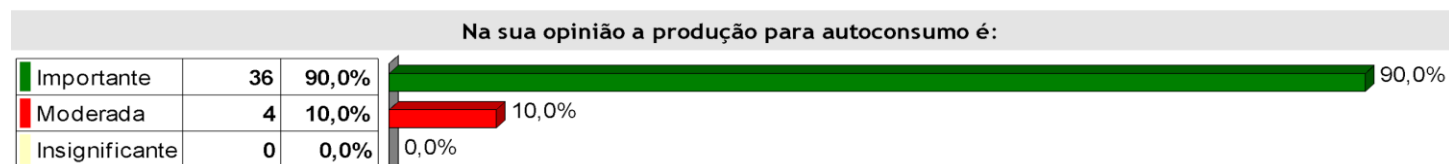
Total de respostas: **39**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Estes dados evidenciam que a produção para o autoabastecimento (autoconsumo) é relevante na maioria dos estabelecimentos. Esse tipo de produção é considerado importante para 90%, moderadamente importante para 10% dos entrevistados e em nenhum caso a produção para autoconsumo foi citada como insignificante (Gráfico 46). Trata-se de mais uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar, ligada à sua identidade e modo de vida, que consiste em combinar o que produz com o que adquire do meio externo, valorizando a renda não monetária da UP. Entre os entrevistados, a grande maioria (71,8%) declarou gastar menos de um salário mínimo mensal (R\$937,00) com alimentação, no período em que a pesquisa foi aplicada. Outros 23,1%

calculam gastar entre um e dois salários mínimos e apenas dois entrevistados afirmam gastar acima de dois salários mínimos (Gráfico 47).

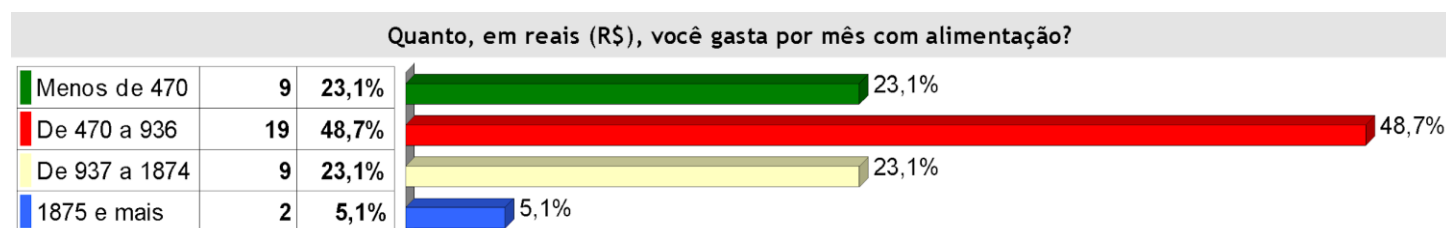
Gráfico 46: Grau de importância da produção para o autoabastecimento.



Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Gráfico 47: Gasto mensal com alimentação (R\$).



Total de respostas: **39**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).



Figura 6. Produção para autoconsumo na Família Zanella Back, comunidade Boava.

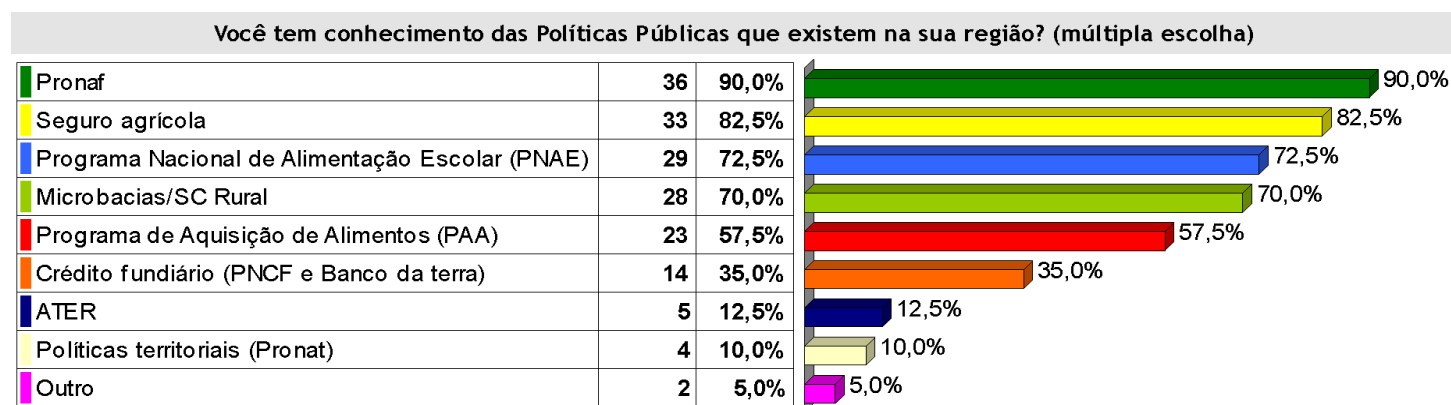
Fonte: Arquivo da disciplina Vivência em Agricultura Familiar, imagem registrada pelo estudante Luan Marcelino Morgan.

Merece destaque o fato de que, apesar da crescente mercantilização das atividades rurais, a produção para autoconsumo em São Joaquim continua sendo uma estratégia de renda não monetária e de garantia de qualidade alimentar, presente na totalidade das famílias participantes da VAF.

4.5 GRAU DE CONHECIMENTO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS

Como apresentado no Gráfico 48, de um total de 174 manifestações relacionadas ao conhecimento de políticas públicas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar destaca-se com a citação de 90% dos entrevistados. Também chama à atenção as menções aos Programas de Seguro Agrícola, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), SC Rural (antigo Microbacias), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Crédito Fundiário. A política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foi acessada por apenas 12,5% dos agricultores, mas como se verá à frente, a Epagri é apontada entre as principais organizações que assessoram os agricultores do município.

Gráfico 48: Conhecimento sobre a existência de políticas públicas (múltipla escolha)*.



Total de respostas: **174**.

* Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

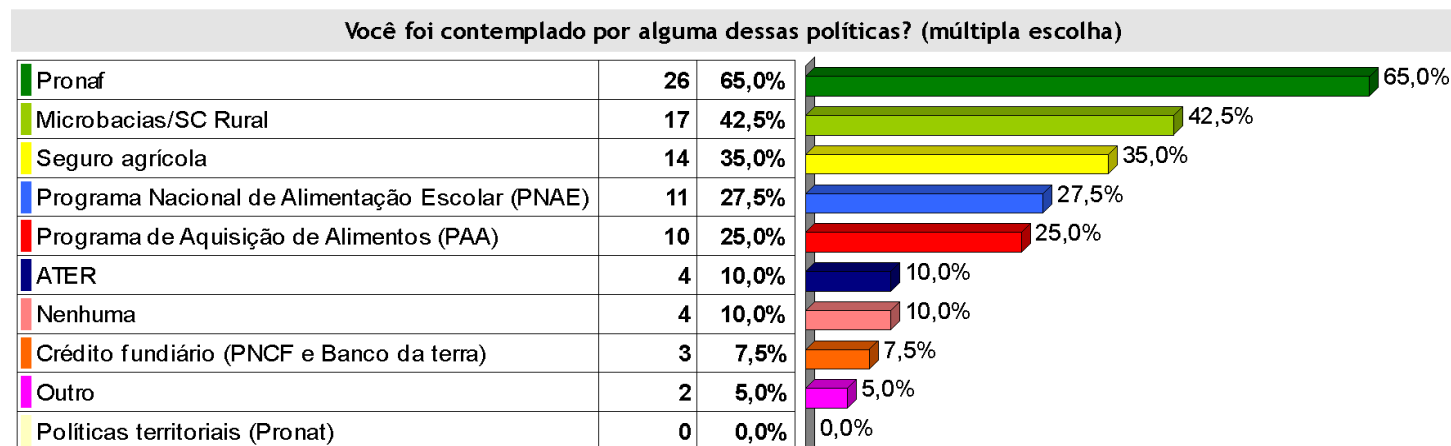
O antigo Programa Microbacias e atual SC Rural, citado por 70% dos entrevistados, figura como a principal política de desenvolvimento rural coordenada e executada pelo serviço público de extensão rural do estado de Santa Catarina. Criado em meados dos anos 1980, essa política conta com o apoio financeiro do Banco Mundial para desenvolver ações diversas no meio rural. Nas suas três edições, os focos passaram da conservação dos solos e água, para o enfrentamento da pobreza e, na atualidade, à promoção do empreendedorismo rural.

Mais importante que ter o conhecimento sobre a existência de políticas públicas, as condições de acesso são um fator decisivo para o desenvolvimento das atividades agropecuárias realizadas pelas famílias agricultoras. Das 91 respostas relacionadas ao acesso a políticas destacadas anteriormente, a maioria (65%) respondeu ser contemplada pelo Pronaf, 42,5% pelo Microbacias/SC Rural e 35% pelo seguro agrícola (Gráfico 49).

Não é de se estranhar que o Pronaf, política pública relacionada a financiamentos de custeio e de investimento subvencionados pelo Estado, tenha o destaque verificado. Já o seguro agrícola, que atua como política complementar ao financiamento da produção, é conhecido por 82,5%, porém apenas 35% dos entrevistados acessaram o programa. Esse dado revela que o programa possui abrangência para casos restritos e/ou há dificuldades de acesso a respeito dele. O PNAE e o PAA foram acessados por uma boa parcela dos entrevistados (52,5%). Na categoria “outras” foi mencionado o programa “Minha Casa, Minha Vida Rural”.

O crédito fundiário, por sua vez, apesar de ser relativamente bem conhecido no estado, não é uma política abrangente entre o público entrevistado e, provavelmente, em todo o município. O preço elevado e a pouca disponibilidade de terras agrícolas inexploradas na região, ou mesmo a falta de conhecimento por falta de divulgação local, aliado à burocracia e à morosidade dos processos, podem explicar a baixíssima adesão. Certamente, a situação acaba tendo impacto negativo na permanência dos jovens que desejam se instalar como agricultores, mas que não possuem terras para realizar esse projeto. Além disso, contribui com as dificuldades ainda existentes em se reestruturar a malha fundiária, mesmo em regiões com predominância de uma agricultura dinâmica e bem organizada sob o ponto de vista produtivo.

Gráfico 49: Número de entrevistados contemplados pelas políticas públicas existentes na região (múltipla escolha)*.



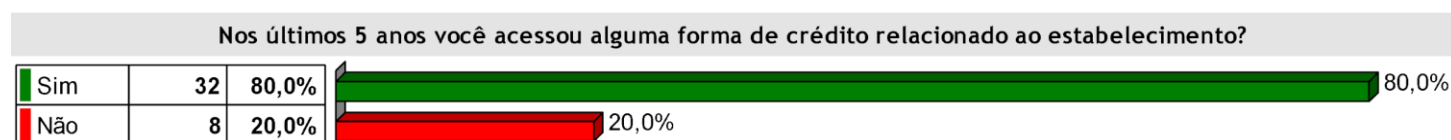
Total de respostas: **91**.

* Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Dos 40 agricultores que opinaram sobre o acesso ao crédito rural, 80% confirmaram ter se beneficiado por esse tipo de política pública nos últimos cinco anos (Gráfico 50). Esse quadro confirma a maior capilaridade obtida pelas políticas de financiamento rural na última década, especialmente em regiões de agricultura familiar economicamente dinâmica. A diferença entre o número de agricultores que acessaram o Pronaf (26 agricultores) e daqueles que se beneficiaram da política de crédito rural em geral (32 agricultores), sugere que seis deles não se enquadram nas regras do Pronaf, mas recorrem a outras modalidades de políticas de crédito.

Gráfico 50: Acesso a políticas de crédito rural nos últimos cinco anos.

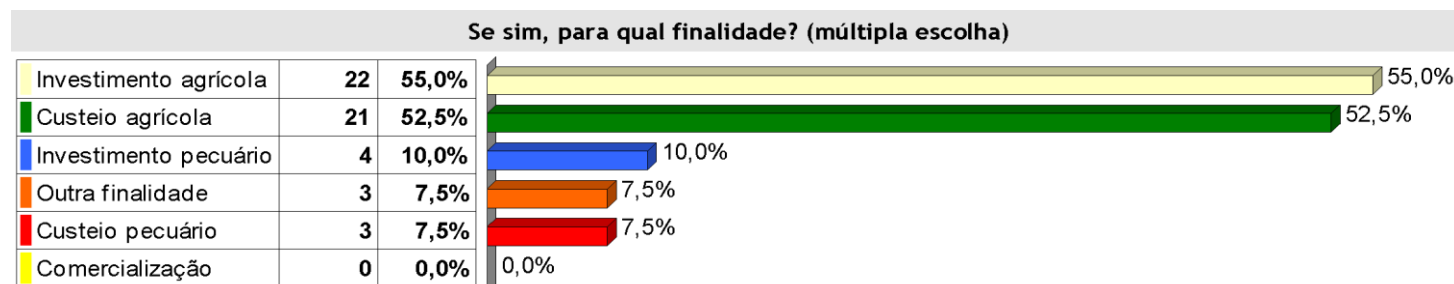


Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Sobre a finalidade do empréstimo obtido junto ao sistema financeiro, também foi possível indicar mais de uma alternativa no questionário, o que gerou um total de 53 respostas. A maior parte dos agricultores que acessou o crédito rural (55%) nos últimos cinco anos empregou os recursos em investimento agrícola e 52,5% em custeio agrícola (Gráfico 51). Em menor proporção, o crédito foi utilizado para investimentos e custeios de atividades pecuárias.

Gráfico 51: Finalidade do crédito rural obtido nos últimos cinco anos (múltipla escolha)*.



Total de respostas: **53**.

* Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

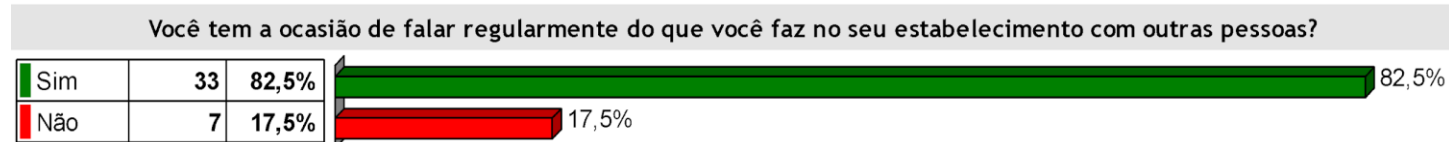
Este elevado percentual de utilização de crédito para investimentos deve-se, em grande parte, à criação do Pronaf Mais Alimentos, que consistiu em disponibilizar recursos desse programa de forma mais contundente para projetos de investimento, com destaque para a mecanização das atividades agropecuárias. Outros estudos são necessários para medir a viabilidade desses financiamentos em termos econômicos, visto que os equipamentos adquiridos por meio desses empréstimos oficiais pelos agricultores familiares, em muitos casos, não foram projetados para as demandas desse tipo de público, o que resulta numa ociosidade elevada, sobretudo de tratores, e em níveis de endividamento das famílias acima do necessário. A baixa presença dos financiamentos pecuários indica que os agricultores não estão se dedicando a essa atividade de forma comercial, o que pode indicar uma mudança no padrão produtivo da região, fortemente marcado por uma tradição nas atividades ligadas à produção animal.

É importante ressaltar, também, que nos últimos anos nenhum agricultor indicou ter acessado os créditos para a comercialização. Por causa das normas de acesso e preferências dos agentes financeiros, os empréstimos oficiais destinados à comercialização são geralmente operados em grandes contratos. Desse modo, é possível que o agricultor familiar da região esteja sendo beneficiado de maneira indireta, ou seja, via verbas oficiais obtidas por cooperativas ou empresas agroindustriais com as quais ele comercializa sua produção.

4.6 RELAÇÕES SOCIOPROFISSIONAIS, AMBIENTAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Perguntou-se aos entrevistados se eles costumam conversar com outras pessoas sobre suas atividades no estabelecimento, com o propósito de avaliar em que medida os agricultores mantêm laços sociais com atores que não integram o núcleo familiar. Dos 40 entrevistados, 82,5% não se limitam ao círculo social da família e interagem com outros atores sociais da região (Gráfico 52).

Gráfico 52: Troca de ideias sobre ações realizadas no estabelecimento com outras pessoas.

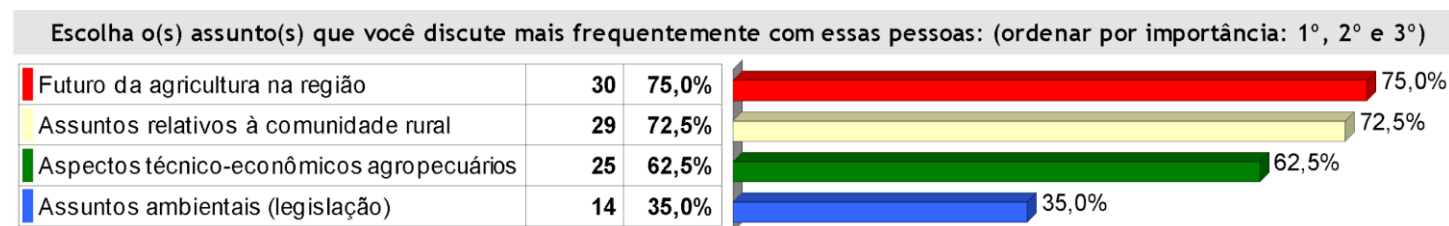


Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

A questão foi complementada com a indagação acerca de quais assuntos os entrevistados conversam com essas pessoas (Gráfico 53). Para tal questionamento, três opções podiam ser elencadas por ordem de relevância, o que resultou num total de 98 respostas. Segundo os entrevistados, os assuntos mais discutidos estão relacionados ao futuro da agricultura na região (75%), à comunidade rural (72,5%), a aspectos técnico-econômicos agropecuários (62,5%) e temas relacionados às legislações ambientais (35%). Este resultado evidencia que há uma preocupação por parte dos agricultores sobre o futuro da agricultura e assuntos comunitários. O tema ambiental, embora com menor frequência, aparece como a quarta opção mais importante dentre os assuntos tratados pelos agricultores, refletindo a tendência da sociedade em responder, de formas diversas, aos desafios e exigências do desenvolvimento sustentável.

Gráfico 53: Temas mais frequentes nas discussões com outras pessoas (múltipla escolha)*.



Total de respostas: **98**.

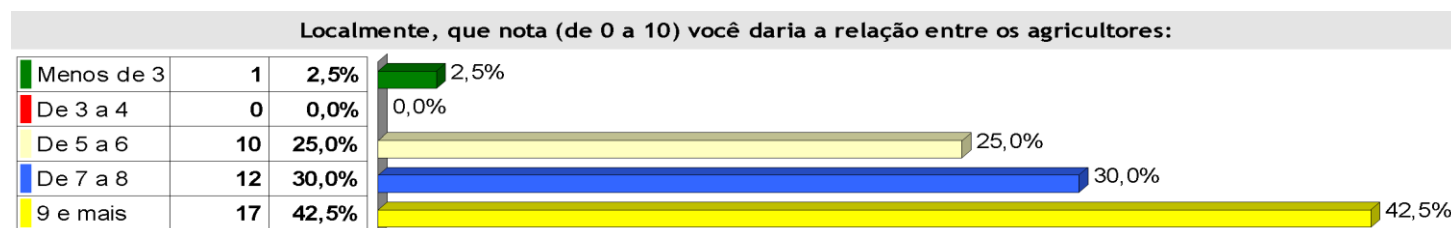
* Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Ao visualizar o Gráfico 54, é possível perceber a opinião dos entrevistados sobre sua relação com os demais agricultores locais. Para a grande maioria (72,5%), a relação é considerada boa (nota 7 e 8) ou ótima (9 ou 10), 25% a consideram regular (notas 5 e 6) e somente um agricultor (2,5%) avalia a relação com seus pares como péssima (nota menor que 3). Esse quadro, aliado à propensão ao compartilhamento de dias de trabalho com outros agricultores, é um indicativo da forte presença de ações de reciprocidade. A elevada quantidade de organizações sociais presentes no meio rural de São

Joaquim pode também ser associada à noção de capital social⁷, cuja criação é subproduto de formas de reciprocidade e cooperação existentes, no caso aqui estudado, sobretudo, no interior das comunidades rurais.

Gráfico 54: Relacionamento entre os agricultores locais na opinião dos(as) entrevistados(as).

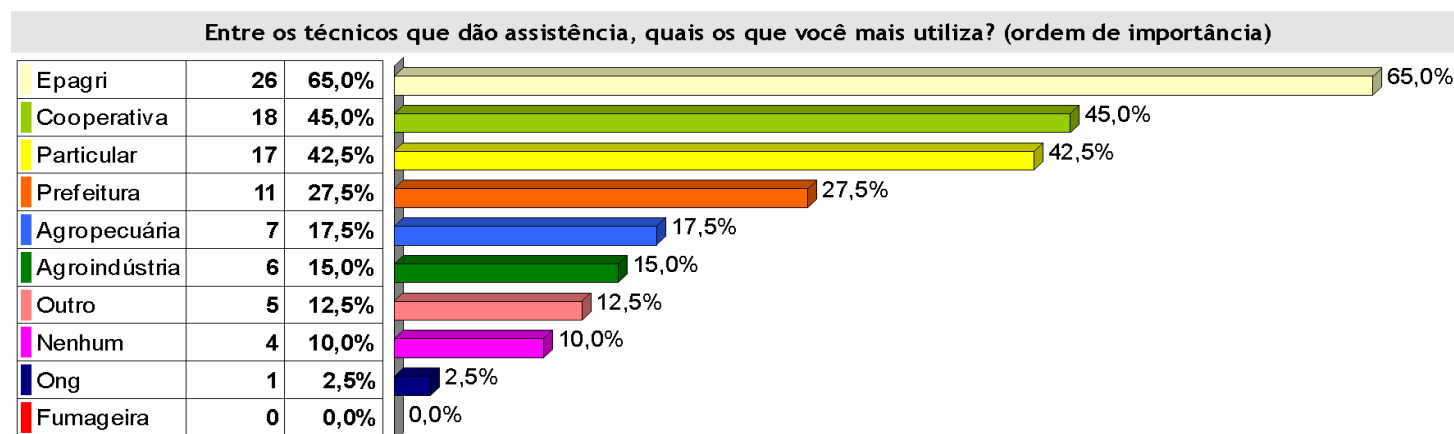


Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Sobre o tema da assistência técnica, os entrevistados foram convidados a elencar até três organizações que eles mais apreciam em ordem de relevância. De um total de 95 respostas, destacam-se os serviços técnicos prestados por seis organizações, na seguinte ordem de relevância: Epagri, cooperativas, assistência particular (profissional liberal), prefeitura, agropecuária e agroindústrias (Gráfico 55).

Gráfico 55: Serviços de assistência técnica mais referendados pelos entrevistados (múltipla escolha)*.



Total de respostas: **95**.

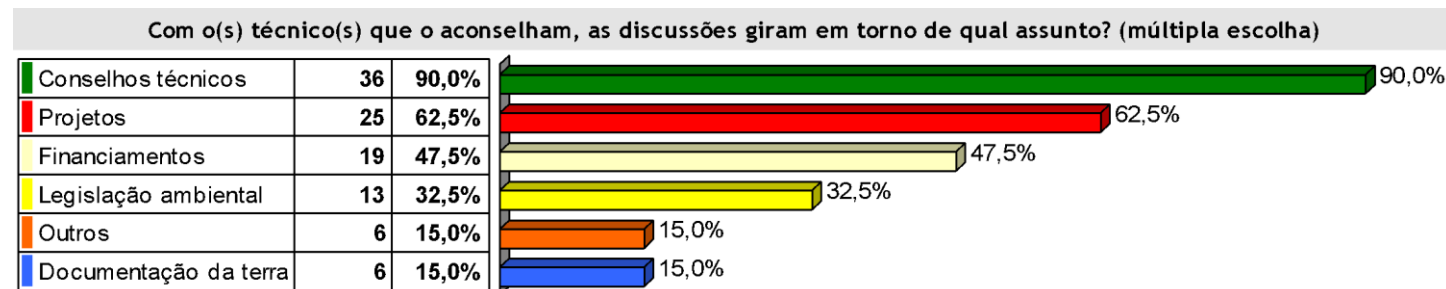
* Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: 40.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

⁷ Em termos sociológicos, o conceito de capital social reporta-se à capacidade de grupos humanos resolverem problemas comuns. Ele se baseia em relações de confiança e de reciprocidade existentes entre os integrantes de uma dada sociedade.

Dentre os assuntos que os entrevistados costumam tratar com os técnicos, os mais recorrentes referem-se a conselhos técnicos (90%); elaboração de projetos técnicos (62,5%); financiamentos (47,5%); legislação ambiental (32,5%) e documentação da terra (15%) (Gráfico 56). É importante ressaltar que as menções na categoria “outros” eram, em sua totalidade, relacionadas a aspectos da comercialização de produtos e certificações, evidenciando, mais uma vez, a importância de assistência técnica e extensão rural voltada à comercialização da produção.

Gráfico 56: Tipos de assuntos conversados com os técnicos (múltipla escolha)*.



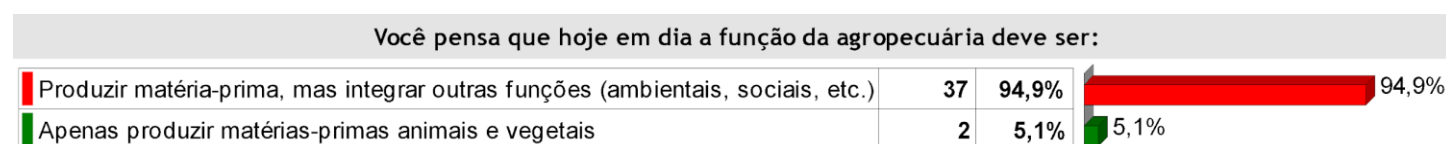
Total de respostas: **105**.

* Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Na opinião de 94,9% dos agricultores, a função da agricultura deve ser tanto a de produzir matéria-prima quanto a de realizar outras funções nos processos de desenvolvimento rural, tais como as de caráter ambiental e social (Gráfico 57). Ou seja, a maioria dos agricultores percebe a agricultura não apenas como uma atividade econômica, mas também como integradora de funções socioambientais, com destaque para a ocupação do território rural e a manutenção de um tecido social ativo, como bem demonstra o tópico referente à participação das famílias de agricultores em diversas organizações locais. Nesse contexto, é possível afirmar que políticas públicas de natureza não-produtivas teriam, certamente, maior respaldo entre esses agricultores se elas incorporassem como iniciativas relevantes e passíveis de benefícios a prestação de serviços ambientais e a manutenção do tecido social em territórios rurais.

Gráfico 57: Função da agropecuária na atualidade.

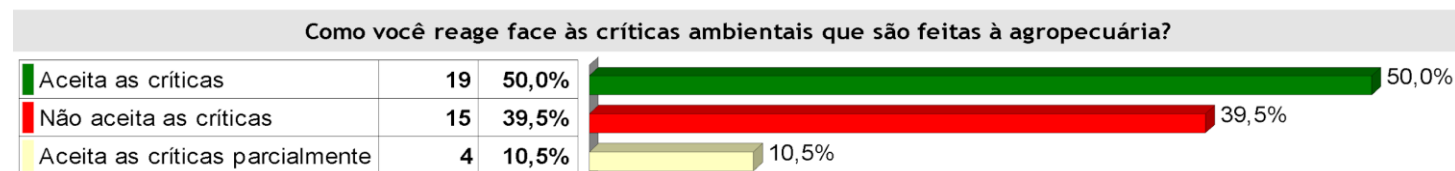


Total de respostas: **39**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Atualmente, com os olhares da sociedade mais voltados para o meio ambiente, a agricultura tem sofrido críticas ambientais recorrentes. Dos 38 chefes de estabelecimento que opinaram sobre como eles reagem às críticas ambientais, 50% disseram que as recebem de forma positiva, pois acreditam que podem melhorar suas práticas agrícolas; 39,5% as consideram negativas por entender que os problemas ambientais não concernem tanto os pequenos agricultores; por fim, 10,5% aceitam as críticas, mas as avaliam como sendo exageradas (Gráfico 58).

Gráfico 58: Críticas ambientais dirigidas à agropecuária.



Total de respostas: **38**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).



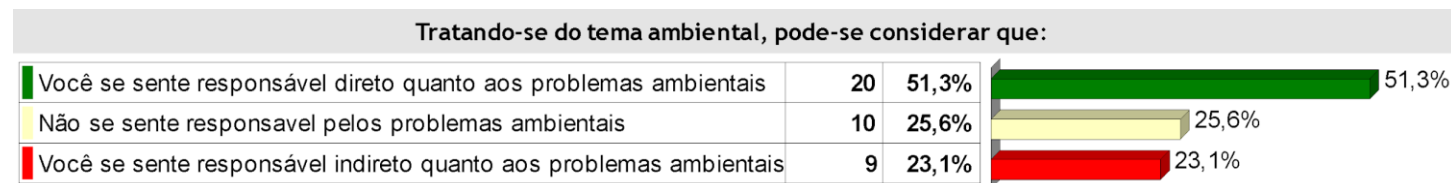
Figura 7. Paisagem no município de São Joaquim. Destaque para a Floresta Ombrófila Mista com exemplares de *Araucaria angustifolia*.

Fonte: Arquivo da disciplina Vivência em Agricultura Familiar, imagem registrada pelo estudante Raul Souza Wilvert.

A maioria dos agricultores sente-se responsável pelas questões ambientais, sendo que 23,1% acreditam ser indiretamente responsáveis pelos problemas ambientais e 51,3% diretamente responsáveis. Em contrapartida, 25,6% afirmaram não ter responsabilidades nessa questão (Gráfico 59). Dessa forma, fica evidente que, em sua maioria, os agricultores entendem o papel das suas

práticas nas unidades produtivas correlacionadas à conservação dos agroecossistemas e recursos naturais.

Gráfico 59: Percepções sobre a questão ambiental.

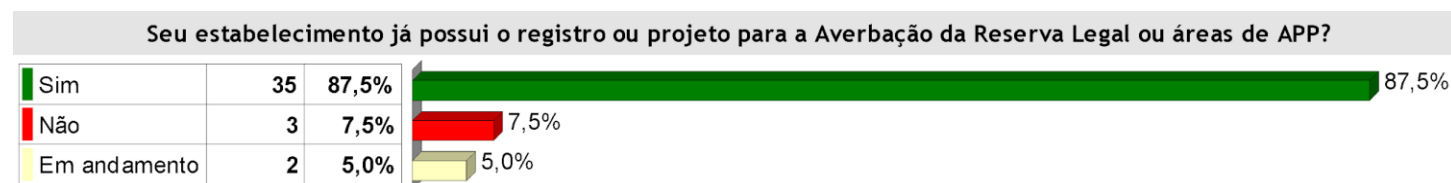


Total de respostas: **39**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

As respostas relativas ao meio ambiente evidenciam que os procedimentos legais são eficazes junto à agricultura familiar da região. Em 87,5% dos estabelecimentos havia registro ou projetos já encaminhados para averbação da Reserva Legal (RL) ou Área de Preservação Permanente (APP), em 5% esse processo estava em andamento, e somente 7,5% dos casos, a averbação ou projetos nesse sentido ainda não foram operados (Gráfico 60).

Gráfico 60: Número de proprietários com registro ou projetos para a averbação da RL ou APP.

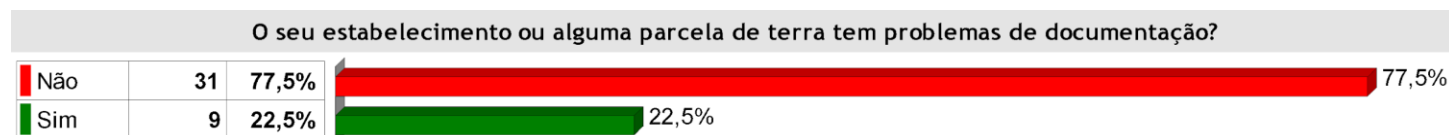


Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Sobre a documentação do estabelecimento, 77,5% dos entrevistados disseram que não têm problemas com a titulação da terra e 22,5% declararam possuir alguma pendência com a documentação (Gráfico 61). Dos nove entrevistados que possuem problemas de documentação, sete disseram estar associado à partilha de herança que ainda não foi efetuada. Os dois outros problemas citados foram falta de matrícula em cartório e terra penhorada. Esses dados evidenciam que o tema da regularização fundiária não figura como uma prioridade para políticas públicas, pelo menos entre a categoria de agricultores familiares que participaram da VAF (Gráfico 62).

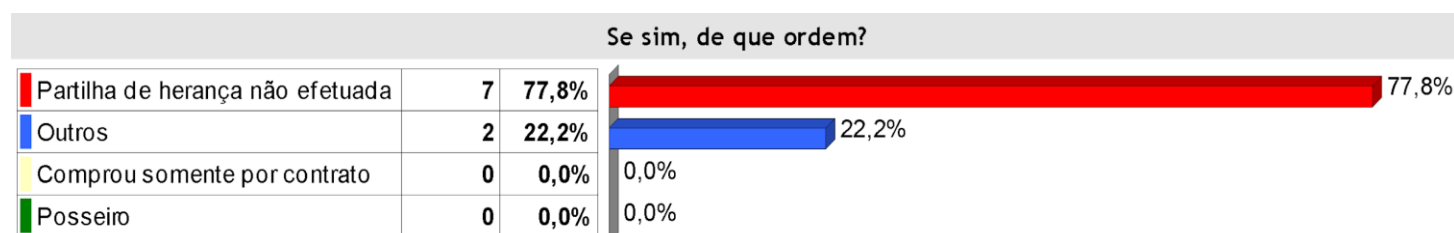
Gráfico 61: Problemas de documentação com o estabelecimento ou parcela de terra.



Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Gráfico 62: Tipos de problemas de documentação com o estabelecimento ou parcela de terra.

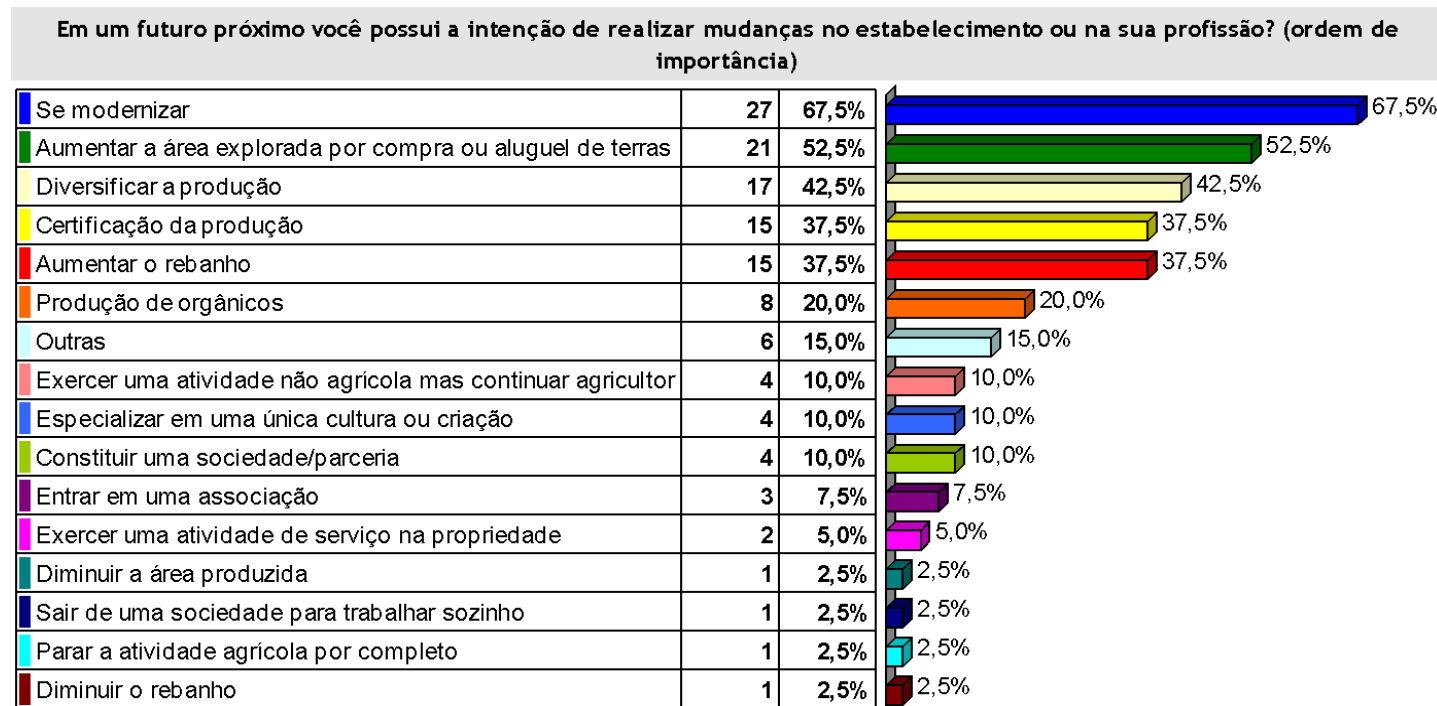


Total de respostas: **09**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Com o intuito de saber as perspectivas dos agricultores em relação ao futuro do estabelecimento e, conseqüentemente, da sua profissão, foi solicitado a indicação de até quatro alternativas. Do total de 130 respostas, 67,5% disseram ter a intenção de se modernizar; 52,5% pretendem aumentar a área explorada por meio da compra ou arrendamento de terras; 42,5% pretendem diversificar a produção; 37,5% querem certificar a produção; 37,5% desejam aumentar o rebanho; 20% pretendem produzir orgânicos. As mudanças mencionadas na categoria “outras” estiveram relacionadas ao beneficiamento da produção pela implementação de agroindústria na unidade produtiva, a introdução de novas criações, como a piscicultura, a realização de benfeitorias e o desejo de manter a situação atual (Gráfico 63).

Gráfico 63: Desejo de mudanças no estabelecimento agrícola ou na profissão de agricultor (múltipla escolha)*.



Total de respostas: **130**.

* Os valores percentuais da 3ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Apesar da evidente preponderância da ideia genérica de “se modernizar” para grande parte dos entrevistados, chama a atenção o percentual dos que responderam ter interesse em aumentar a área explorada, diversificar as atividades, aumentar o rebanho e certificar a produção. A diversificação é vista por muitos como avessa à noção de se modernizar que, ao contrário, exigiria mais especialização. Observa-se uma aparente contradição naqueles que gostariam tanto de se modernizar como diversificar sua produção, mas interpreta-se sua percepção como voltada a melhor racionalizar o processo produtivo, otimizando o uso dos fatores de produção, com um amplo leque de alternativas comerciais. Substituir ou complementar as atividades econômicas que se baseiam na ampliação crescente da escala por atividades que exploram o potencial local são estratégias que se coadunam com o perfil da agricultura familiar. Esta referência à diversificação pode estar ligada ao desejo de atender aos circuitos curtos de comercialização que, de maneira geral, demandam um leque maior de produtos para a venda. Merece destaque ainda, o forte desejo dos chefes do estabelecimento em continuar na condição de agricultor, pois apenas um manifestou a intenção de cessar as atividades. Esse fato reforça a necessidade de se atacar o problema da sucessão e da criação de alternativas para os jovens, pois a vida no campo é bem avaliada entre os próprios agricultores.

O desejo de certificação da produção foi mencionado por uma boa parcela dos entrevistados, o que evidencia o desejo de encurtamento da cadeia produtiva, por meio da geração de mais informações e segurança ao consumidor, e de acesso a novos mercados consumidores, indicando que deve haver, por parte das assistências técnicas que atendem às demandas desses agricultores, uma especial atenção no sentido de viabilizar os processos de certificação. O desejo de aumentar o rebanho mostra a força da bovinocultura de leite e de corte na região, embora essa intenção pode estar esbarrando em dificuldades de acesso ao crédito rural, como os dados anteriores apontaram. É possível que a intenção de aumentar a área explorada também esteja associada ao aumento do rebanho, já que a bovinocultura é feita de maneira extensiva na região.

No que diz respeito às condições de vida no campo, para 70% dos entrevistados, a situação melhorou; 22,5% declararam que se manteve igual e apenas 7,5% disseram que a vida no meio rural piorou nos últimos anos (Gráfico 64). Esses dados justificam a continuidade e o aprofundamento de políticas públicas que ajudam a manter a população no campo e a fortalecer o desenvolvimento rural da região. Sobre o futuro da atividade agropecuária, 82,5% dos entrevistados disseram estar otimistas e 17,5% pessimistas (Gráfico 65). Apesar da maioria dos entrevistados ter se manifestado otimista, deve-se atentar para o fato de que aproximadamente um quinto está pessimista sobre o futuro da agropecuária, pois essa parcela pode estar associada à falta de sucessores para dar continuidade às atividades agropecuárias.

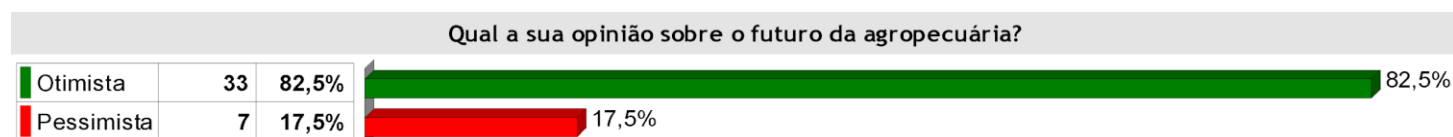
Gráfico 64: Percepção sobre a vida no meio rural.



Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Gráfico 65: Opinião sobre o futuro da agropecuária.



Total de respostas: **57**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Os principais motivos alegados para estarem otimistas sobre o futuro da agropecuária foram o aumento de incentivos para a agricultura (67,5%) e melhorias tecnológicas e de manejo (15%). As

respostas pessimistas estão relacionadas à percepção oposta de que há falta de incentivo no meio rural (Gráfico 66).

Gráfico 66: Motivações relacionadas ao futuro da agropecuária.

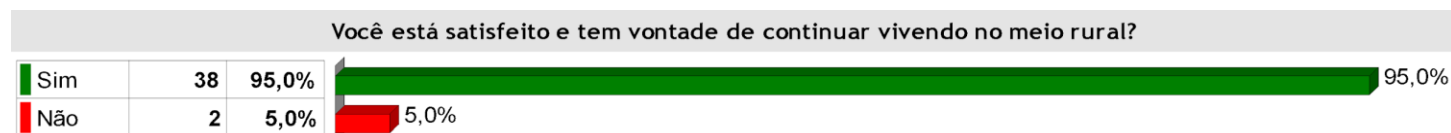


Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Quase todos os entrevistados (95%) disseram que estão satisfeitos com a vida no campo e que desejam continuar no meio rural. Apenas duas respostas foram de opinião contrária (Gráfico 67). Ao discorrerem abertamente sobre estas questões, os agricultores ressaltam que a motivação para permanecerem no meio rural está relacionada à autonomia na gestão da unidade produtiva, à qualidade de vida no meio rural e à tradição familiar. Cabe ressaltar que este resultado não pode ser generalizado para todos os membros do grupo doméstico, especialmente para um segmento de jovens que, a nosso ver, não está sendo preparado para ser sucessor/a e que não visualiza oportunidades de autonomia financeira e profissional na unidade agrícola familiar. No meio rural catarinense é comum os jovens estarem insatisfeitos com a sua condição de vida e com as relações estabelecidas no convívio familiar, o que induz a procurar alternativas de emprego e de renda nas cidades. Somente com a realização de estudos específicos sobre esse tema será possível compreender mais profundamente como esta situação se conforma no município.

Gráfico 67: Satisfação e desejo de continuar vivendo no meio rural.



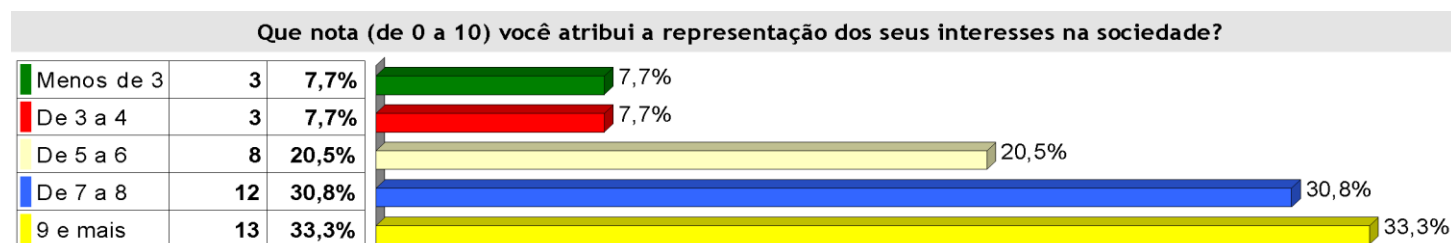
Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Dentre as 39 respostas sobre a representação dos interesses dos agricultores na sociedade (Gráfico 68), 64% se consideram bem (nota 7 ou 8) ou otimamente (nota 9 ou 10) representados. Já 20,5% disseram estar regularmente (nota 5 ou 6) e 15,4% afirmam estar mal (nota 3 ou 4) ou pessimamente (nota menor que 3) representados na sociedade. Considerando a diversidade de organizações às quais os agricultores familiares estão vinculados, entende-se que os que avaliam estar

mal representados sinalizam para a necessidade de repensar as formas de gestão e de relacionamento dessas organizações com as famílias de agricultores.

Gráfico 68: Representação dos interesses dos agricultores na sociedade.

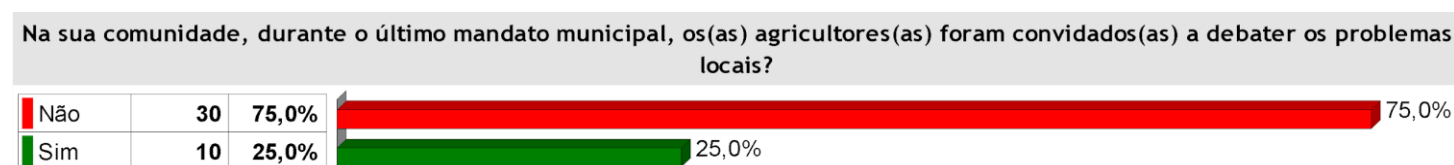


Total de respostas: **39**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Em relação à participação social na discussão dos problemas locais junto à administração pública, 75% dos entrevistados disseram que durante o último mandato municipal não foram convidados a debater os problemas da comunidade e 25% afirmaram o contrário, conforme pode ser visto no Gráfico 69. A participação política não ocorre apenas no âmbito institucional, mas também na discussão com os vizinhos e com agentes de assistência técnica, espaços em que, conforme evidenciado anteriormente, as discussões sobre problemas locais e o futuro da agricultura são temas recorrentes e de grande relevância para os agricultores entrevistados. De um total de nove respostas sobre os principais problemas locais que os agricultores foram convidados a discutir com o poder público no último mandato, 44,4% estavam relacionadas à condição das estradas, 22,2% às políticas públicas e à aquisição de máquinas e 11,1% ao preço de produtos (Gráfico 70).

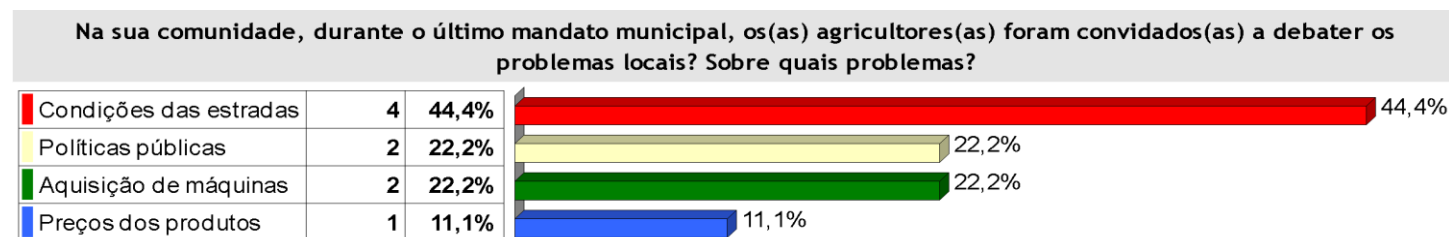
Gráfico 69: Participação política dos agricultores na discussão dos problemas locais.



Total de respostas: **40**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Gráfico 70: Problemas locais mais importantes a serem tratados com a Prefeitura.

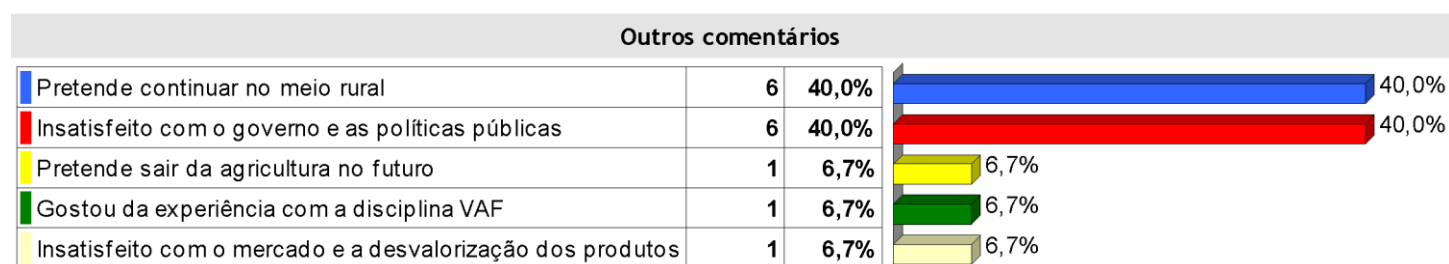


Total de respostas: **35**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

Por fim, quando questionados livremente se teriam mais algum comentário a fazer relacionado à sua condição social de agricultor familiar, a maioria manifestou o desejo de continuar no meio rural, a necessidade de políticas públicas adequadas e de maior atenção do poder público para o meio rural. Também foram citadas a valorização dos preços dos produtos agrícolas pagos aos produtores, o desestímulo à permanência no meio rural e o aspecto positivo da realização da disciplina VAF no município (Gráfico 71).

Gráfico 71: Outros comentários sobre a situação da agricultura familiar.



Total de respostas: **15**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2017).

5 Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **São Joaquim**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-joaquim/panorama>. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. **São Joaquim – Censo demográfico 2010**: sinopse. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-joaquim>. Acesso em: 26 mar. 2018a.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2006>. Acesso em: 26 mar. 2018b.

_____. **Censo Agropecuário 2017**: dados preliminares. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 51, n. 18, p.99-121, 01 fev. 2003.

SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL. **IDMS de São Joaquim – 2018**. 2018. Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2018/codMunicipio/247>. Acesso em: 20 mar. 2019.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **São Joaquim**. Flórida: Wikipedia Foundation, 2015. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Joaquim_\(Santa_Catarina\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Joaquim_(Santa_Catarina)). Acesso em: 26 mar. 2018.

APÊNDICE 1

Entrevista com o professor José A. R. Ribeiro

O professor José Antônio Ribas Ribeiro ingressou no Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal de Santa Catarina em março de 1978, convidado pelo prof. Glauco Olinger, então diretor do CCA, para assumir diversas disciplinas da área de zootecnia, como Alimentos e Alimentação dos Animais, Forragicultura, Melhoramento Animal e Bovinocultura de Corte e de Leite. Essas duas últimas disciplinas lecionou até sua aposentadoria, que ocorreu em 2004. Em relação às funções administrativas, o professor Glauco, então diretor do Centro de Ciências Agrárias, foi chamado para ser presidente da recém criada Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) em Brasília no ano de 1979 e seu vice, Prof. Zeferino Pedro Sachet, não pôde assumir a direção do CCA, pois desenvolvia um relevante trabalho de extensão junto à agência pública de extensão rural do estado de Santa Catarina. Por conta disso, o prof. Olinger convidou o Prof. Ribeiro para ser o diretor do CCA, cargo que ocupou por duas vezes entre 1979 e 1984. Depois disso, o prof. Ribeiro assumiu a chefia do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural por um período de 2 anos e, no final dos anos 1990, foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, além de representante docente no Conselho Universitário.

O professor Ribeiro acredita que a iniciativa mais marcante para a concepção da atual disciplina Vivência em Agricultura Familiar foi o chamado Projeto Rio do Sul, pois aquele evento motivou os acadêmicos a uma ação sem precedentes. Quando ocorreu o episódio das grandes enchentes no estado de Santa Catarina no início dos anos 1980, estudantes e professores, por ação da reitoria, estavam imbuídos na triagem de roupas, água e alimentos, doados para atender os flagelados. Essas atividades além de aproximar professores e alunos possibilitou muitas discussões sobre como a UFSC poderia melhor se integrar com a sociedade e, sobretudo, auxiliar naquele momento as famílias atingidas pelas enchentes.

Antes do grande flagelo no final de setembro de 1983, uma chuva incessante ocorreu justamente no período em que os agricultores haviam preparado as terras para o plantio e alguns até já haviam efetuado as sementeiras. As intensas chuvas desestruturaram inúmeras unidades agrícolas familiares, sendo os municípios do Alto Vale do Itajaí os mais afetados. Na época, o professor Ribeiro nomeou uma comissão formada por cinco professores e um representante estudantil para visitarem Rio do Sul e diagnosticar a situação. Os integrantes dessa comissão verificaram os inúmeros prejuízos

acarretados aos agricultores e sugeriram uma atuação direta de professores e alunos do CCA na região. Assim, várias reuniões foram realizadas com organizações parceiras que trabalhavam com agricultura, como a então Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc) e atual Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), dentre outras. A partir dessas reuniões, surgiu a ideia de professores e estudantes das últimas fases do curso de agronomia realizarem um diagnóstico socioeconômico e ambiental do meio rural de municípios do Alto Vale do Itajaí.

A ideia consistiu em fazer com que os estudantes convivessem um dia com uma família rural, ajudassem nas atividades agropecuárias diárias, levantassem as principais necessidades socioprodutivas enfrentadas pela família e compartilhassem as informações com o conjunto de estudantes e professores que participavam do projeto, com a intenção final de sugerir ações públicas para auxiliar as famílias de agricultores.

Essas famílias receberam muito bem a iniciativa e essa atuação, segundo o Prof. Ribeiro, auxiliou muito nos contatos com os agentes financeiros que, pela gravidade e número de atingidos, resistiam em liberar recursos do programa de seguro agrícola. Dessa iniciativa surgiu a intenção de dar prosseguimento à aproximação de professores e alunos do CCA com agricultores familiares, pois se percebeu a partir desse episódio uma forma de mudar o sistema de ensino praticado no CCA, até então, circunscrito à sala de aula e a viagens de estudo. O objetivo era revolucionar o curso de agronomia, de forma que os estudantes, desde o início do curso, fossem não só participantes, mas protagonistas da sua formação.

Na sua visão, outro fator que contribuiu para a criação da atual disciplina Vivência em Agricultura Familiar foi a realização de diversas palestras no CCA sobre o tema do currículo de agronomia com a participação de renomados profissionais. Inclusive, nessa época, a iniciativa foi taxada de esquerdista, pois não mobilizou apenas profissionais da área técnica, mas especialistas em políticas públicas. Ao contrário do que se insinuava, o interesse não era forçar os estudantes a adotar uma ideologia específica, mas demonstrar as várias tendências existentes na política agrícola e permitir que tivessem um senso crítico mais apurado.

Um professor convidado, em especial, foi Guy de Capdeville⁸, de Brasília, que destacava o fato de que havia uma frustração da parte dos acadêmicos quando ingressavam no curso de agronomia em

⁸ Guy de Capdeville atualmente é pesquisador da Embrapa Agroenergia. Atuou como professor na Universidade Católica de Brasília (UCB) entre os anos de 2002 e 2012, ministrando as disciplinas de Vigilância Sanitária, Parasitologia, Microbiologia, Fitopatologia Básica e Microbiologia Básica. Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa (1992), especialização em proteção de plantas (1995) pela UFV, Mestrado “stricto sensu” em fitopatologia pela Universidade Federal de Viçosa (1996), Doutorado em *plant pathology* - Cornell University - USA (2001) e Pós-doutorado em citogenética vegetal - Wageningen University - Holanda (2008).

decorrência da organização da grade curricular. Na visão desse professor, as disciplinas de física, química e matemática poderiam ser melhor aproveitadas se fossem dadas depois de o estudante ser capaz de compreender sua importância na agricultura e na sua formação profissional, e não o contrário. Além disso, afirmava que era importante os estudantes terem contato com a terra e com agricultores. A ideia defendida na época pelo prof. Ribeiro era que as disciplinas se encaixassem dentro de um programa de atuação calcado na realidade, sendo um projeto sistemático que se aperfeiçoaria com o tempo. Mas, passada a comoção, percebeu que os professores não estavam tão animados quanto antes, já que esse trabalho exigia deslocamentos constantes, demandando organização e desprendimento.

Em contrapartida, os estudantes envolvidos com o Centro Acadêmico de Agronomia e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) discutiram a possibilidade de executar o projeto. As ações empreendidas por essas organizações estudantis estão na origem do, então, “estágio de vivência” em moldes semelhantes ao existente quando da realização da VAF em São Joaquim. O estágio teve apoio do diretor da época, professor Mário L. Vincenzi, que batalhou para que essa experiência se tornasse uma disciplina formal.

Cabe ressaltar a importância do próprio histórico de formação dos professores envolvidos na iniciativa. Quando o prof. Ribeiro era estudante de graduação, colega do prof. Mário, havia uma preocupação muito grande com a formação sociopolítica por parte dos estudantes. Apesar de estarem em pleno período de Ditadura Militar, quando quase nada se podia fazer nessa área de conhecimento, conseguiam algumas conquistas. Uma delas foi a realização de viagens de estudos patrocinadas por instituições parceiras.

A relação dessas iniciativas com os estudantes do CCA era forte e transformadora. Percebia-se uma nítida diferença entre estudantes que participavam das atividades de campo e aqueles que não se envolviam com as mesmas. Então, o fato é que os estudantes têm um grande potencial para resolver as coisas, sair da rotina e não se isolar da realidade. Essa iniciativa prova que há formas de mudar, evoluir e ter uma universidade ativa, integrando diversos cursos em prol do desenvolvimento de municípios rurais. É, portanto, desejável e possível que no futuro outras iniciativas sejam implementadas, junto a outros cursos de áreas afins e puxadas pelos próprios estudantes e seus Centros Acadêmicos. A partir da iniciativa estudantil com apoio institucional as coisas acontecem, o que não dá é ficar no marasmo e acomodados.

APÊNDICE 2

Estudantes da Agronomia participantes da VAF

Bruno Bittencourt Schroeder Chagas

Thiago Borges

Bruno Menezes Guidi

Victor Broering Lehmkuhl

Carlos Vinícius Frota de Oliveira Silva

Vinícius Beal Abatti

Caroline França de Lima e Silva

Vitor Gustavo da Rocha

Cassiano Catoni Trentini

Zimbábwe Osório Santos

Clara Teixeira Roldão

Cleber Meyer

Daniel Milanelo Martuscelli

Edimar Luiz Rode

Fábio Gonçalo da Silva

Giulia Bortolon

Josiane Felisbino

Karine Nunes

Leonardo Dal Maso Fabiane

Luan Marcelino Morgan

Luisa Soares Caetano

Luiz Fylype Steele Ganzo Weickert

Luiza Menezes Pires

Matheus Ghizoni Aguiar

Olímpio Sprícigo Neto

Ricardo Zandoná

Estudantes da Zootecnia participantes da VAF

Daniel Goetten

Lúcio Brasil Pfleger

Edemar de Assis da Silva

Mariana Ivone Santos Rodrigues

Gabriel Garcia Fernandes de Paiva

Nicolas Feilstrecker Bohn

Georges Craesmeyer

Priscilla Schaefer do Nascimento

Juliana Luiz Butzge

Rafael Trilha de Barcelos

Larissa Francisco

Raul Souza Wilvert

Leonardo Pacheco

Valdir Alencar Athayde

Figura 8: Estudantes, famílias de agricultores, docentes e demais colaboradores da VAF em São Joaquim (2017.1).





A disciplina Vivência em Agricultura Familiar (VAF) integra a grade curricular obrigatória dos cursos de Agronomia e de Zootecnia do Centro de Ciências Agrárias da UFSC. Em ambos os cursos, a VAF é ministrada na 4ª fase, na transição entre os conteúdos básicos e os profissionais. Durante a disciplina o graduando tem a oportunidade de permanecer três semanas na residência de uma família de agricultor, conhecendo de perto seu ambiente de vida e de trabalho para entender sua lógica de funcionamento e processo decisório.

O conteúdo programático da VAF foi concebido durante a revisão curricular do curso de Agronomia, ocorrida em 1991. O curso de Zootecnia, quando da sua criação em 2008, também definiu a disciplina como central na formação de seus profissionais. Desde a sua implantação pelos dois cursos até o ano de 2011, a disciplina VAF denominou-se Estágio de Vivência. Essa iniciativa da UFSC representou uma originalidade, já que se tratava da primeira experiência em âmbito nacional. A criação dessa disciplina nesses cursos deveu-se a crescente presença de estudantes de origem urbana, com pouca relação com as realidades rurais. A VAF atende esse novo perfil estudantil e possibilita uma aproximação da Universidade com a sociedade. De um lado, municípios e agricultores familiares contribuem com a Universidade pública para formar profissionais minimamente conhecedores da realidade da agricultura familiar catarinense, com toda sua diversidade, de outro, a UFSC interage mais diretamente com as comunidades rurais, tornando-se parceira de seu desenvolvimento.

As publicações semestrais da série Retratos da Agricultura Familiar procuram discutir o perfil da agricultura familiar de municípios em que a VAF foi realizada, tendo por base as experiências e os questionamentos dos estudantes junto às famílias de agricultores com as quais eles conviveram durante 21 dias.

Apoio:



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**
Pró-Reitoria de Extensão
PROEX

CCA **UFSC**
centro de
ciências agrárias